

LEITURA CRÍTICA DO TERRITÓRIO EM UM CONTEXTO NÃO METROPOLITANO MERIDIONAL

Os conflitos em torno da produção do espaço habitado na Macrorregião do São Gonçalo em Pelotas/RS

*CRITICAL READING OF THE TERRITORY IN A NON-
METROPOLITAN SOUTHERN CONTEXT*

*Conflicts around the production of inhabited space in the São
Gonçalo Macroregion in Pelotas/RS*

*Flávia Pagnoncelli Galbiatti¹, André de Oliveira Torres
Carrasco², Luiza Maia Fagundes³, Nirce Saffer Medvedovski⁴ e
Rodolfo Barbosa Ribeiro⁵*

Resumo

O presente trabalho apresenta um exercício de leitura crítica do território, tomando como objeto a Macrorregião do São Gonçalo, na cidade de Pelotas. O texto tem como objetivo analisar o processo de produção do espaço urbano desse contexto, explorando os conflitos em torno de sua formação e ocupação, destacando as disputas recentes em torno do território do Passo dos Negros. A pesquisa que originou este artigo adota como procedimentos metodológicos fundamentais a revisão bibliográfica, a análise documental, etnografia e a cartografia. O texto consolida uma série de reflexões sobre a produção do espaço habitado em Pelotas, a caracterização do território da Macrorregião do São Gonçalo e uma Cartografia em Processo da Ocupação do Corredor das Tropas - Passo dos Negros, subsidiando o desenvolvimento do Plano Popular para a Ocupação do Corredor das Tropas - Passo dos Negros.

Palavras-chave: espaço habitado, assessoria técnica, direito à cidade, Pelotas, Passo dos Negros.

1 Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade / Modalidade de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Universidade Federal da Bahia); Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas); Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Pelotas/ 2018).

2 Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP / 2011); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAU USP / 2005); Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo/ 2000).

3 Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade / Modalidade de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Universidade Federal da Bahia); Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ 2020).

4 Professora, Doutora, Universidade Federal de Pelotas,

5 Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade / Modalidade de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Universidade Federal da Bahia); Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas); Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal de Pelotas/ 2018).

Abstract

The present work presents an exercise of critical reading of the territory, taking as its object the Macroregion of São Gonçalo, in the city of Pelotas. The text aims to analyze the process of production of urban space in this context, exploring the conflicts around its formation and occupation, highlighting the recent disputes around the territory of Passo dos Negros. The research that originated this paper adopts as fundamental methodological procedures the bibliographic review, document analysis, ethnography and cartography. The text consolidates a series of reflections about the production of inhabited space in Pelotas, the characterization of the territory of the São Gonçalo Macro-region and a Cartography in Process of the Occupation of the Corredor das Tropas - Passo dos Negros. These results support the development of a Popular Plan for the Occupation of the Corredor das Tropas - Passo dos Negros

Keywords: inhabited space, technical assistance, right to the city, Pelotas, Passo dos Negros.

Introdução

A cidade de Pelotas está situada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, às margens do Canal São Gonçalo, com população de aproximadamente 340 mil habitantes. A Macrorregião do São Gonçalo, uma de suas regiões administrativas definidas pelo III Plano Diretor de Pelotas (2008), tem a formação marcada por loteamentos criados pelo poder público municipal, seguido por ocupações irregulares. Recentemente, essa área tem sido objeto de interesse de empreendimentos de incorporação e especulação imobiliária, tornando-se um território em disputa entre os empreendimentos imobiliários e os moradores de áreas de urbanização precária.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente o processo de produção do espaço urbano da Macrorregião do São Gonçalo, assim como sua ocupação e disputas recentes que envolvem esse contexto, especialmente no que diz respeito às formas como estes fenômenos se expressam no território do Passo dos Negros.

Para isso, o trabalho está dividido em três partes. A primeira analisa o processo de produção urbana da cidade de Pelotas de forma geral, e, em particular, da Macrorregião São Gonçalo. A segunda parte busca a caracterização da Macrorregião São Gonçalo, a partir da legislação pós Estatuto da Cidade, da identificação dos agentes locais, da análise da densidade demográfica, renda, infraestrutura e equipamentos. Elaborando, assim, a construção de um panorama atual sobre essa área. E por fim, a terceira parte apresenta a Cartografia em processo sobre a Ocupação do Corredor das Tropas - Passo dos Negros, como forma de aprofundar a compreensão sobre o processo histórico de formação do território, as relações de moradia e os modos de vida.

Esse trabalho subsidia a atuação profissional dos residentes da Nucleação da Residência AU+E na UFPel6, junto ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel), na Ocupação do Corredor das Tropas - Passo dos Negros.

6 O Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na modalidade de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E) é uma proposta pioneira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), viabilizado em 2011, sendo a primeira turma do ano de 2013 e atualmente com na quarta edição. Em virtude da participação de profissionais de outros estados do Brasil, tem-se a demanda da criação de nucleações em outras Universidades, como é o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Produção do espaço habitado na cidade de Pelotas

Fundamentos conceituais e metodológicos

A seguir serão apresentadas as bases teóricas e conceituais que fundamentaram, de um modo geral, o trabalho apresentado neste artigo. São formulações que permeiam todas as discussões e análises subsequentes. Ainda assim, é importante destacar que ao longo do texto, em momentos específicos, as reflexões apropriam-se de outras ferramentas teóricas, definições e argumentos necessários para sua melhor fundamentação e compreensão, complementando, desse modo, as formulações mais abrangentes apresentadas neste item.

Iniciando pela definição de maior amplitude, é preciso discorrer sobre como o presente trabalho define a noção de modernização. O processo de modernização é aqui identificado como aquele que implica na formação e generalização dos pressupostos necessários para a universalização da forma mercadoria como mediação social, assim como para a sua realização como tal. Processo que exige o constante rearranjo das formas de articulação entre capital, terra e trabalho visando à viabilização e ao desenvolvimento de uma produção que prove, nos termos da concorrência, ser participante do sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 2004).

O processo de modernização, assim como suas contradições internas, não se territorializa de modo homogêneo no espaço urbano, na medida em que as formas de reprodução do capital apresentam formas particulares de realização que, por sua vez, dizem respeito a formas particulares de produção de mercadorias. Compreendida como a reorganização de determinada realidade espacial, cujo sentido é definido pela generalização de relações sociais de produção voltadas para possibilitar a acumulação de capital, territorialização, portanto, aqui é entendida como a produção do território do capital (DEDORD, 1997). Desse modo, diferentes mercadorias urbanas, produzidas por diferentes formas de articulação entre capital, terra e trabalho, devem relacionar-se no interior dessa totalidade sempre nos termos de quantidade, em proporções estabelecidas socialmente, e sempre obrigadas a se realizar nos parâmetros de produtividade estabelecidos no nível da totalidade da produção.

Essa passagem, que se coloca na articulação entre as partes e o todo, na qual o nível de produtividade de cada parte se coloca como objetividade pautada pela média socialmente estipulada em detrimento de suas qualidades concretas, pode ser compreendida como responsável pela transformação das diferenças, ou particularidades, entre as partes, em desigualdade. Na incorporação do processo de produção do espaço urbano (LEFEBVRE, 1976) pelo processo de modernização, tal diferenciação é apreendida como uma relação entre áreas urbanas “atrasadas” e “desenvolvidas”, na qual a contradição entre partes e todo aparece como uma relação dual entre opostos, quando, de fato, realizam-se num processo de integração dialética (OLIVEIRA, 2003).

É possível observar, desse modo, como o sentido geral do processo de modernização e as contradições que o constituem se colocam no processo de produção do espaço urbano, territorializando-se, principalmente, nos termos das relações desiguais entre centros e periferias ou entre áreas de urbanização tecnicamente avançada e áreas de urbanização precária (CARRASCO, 2014).

Na cidade de Pelotas, no processo de transição entre uma sociedade escravagista patrimonialista e uma sociedade de classes baseada no trabalho livre (CARDOSO, 1997), a concentração da propriedade da terra e as possibilidades de negócios baseadas nesta exclusividade podem ser interpretadas como elementos centrais para

a compreensão da formação, consolidação e constante redefinição das relações de desigualdade entre centro e periferia e das disputas entre a integração dialética entre estes polos. Os fatores que determinaram estas dinâmicas e as formas pelas quais estas formulações teórico-conceituais se expressam no contexto urbano pelotense, em geral, e Macrorregião do São Gonçalo, em particular, são as questões exploradas nesse trabalho a partir desse referencial teórico.

Referencial que por sua vez será agenciado segundo os termos a partir dos quais Lefebvre (1973) desenvolve seus argumentos em torno da caracterização de uma noção de dialética do espaço. O autor argumenta que o conhecimento do espaço – do que nele se faz, do que nele se passa e do que dele se serve – retoma a dialética, pois fundamenta-se em uma análise que revela e detecta as contradições produzidas a partir dessas ações (LEFEBVRE, 1973). Essa análise, por sua vez, envolve a diferenciação, ao longo do processo de reflexão crítica, entre aquilo que se mantém quanto ao essencial das relações de produção; aquilo que é transgredido ou regride em relação a estas mesmas relações e aquilo que é produzido de novo dentro desse contexto (LEFEBVRE, 1973). Os movimentos de transgressão ou regressão de relações sociais e de produção seriam, nesse contexto, reveladores dos momentos de crise e possibilidade de crítica, pois, segundo o autor, o modo de produção, a medida em que realiza seu conceito, também se desagrega, produzindo, desse modo, as regressões e as transgressões que poderão se apresentar como contestação ou subversão de sua lógica geral (LEFEBVRE, 1973). Apresenta-se, portanto, a necessidade de se observar e identificar no território as formas como esses conflitos se expressam, derivados do choque entre processos pautados pelo pleno desenvolvimento de práticas hegemônicas e aqueles que a elas se contrapõem, evidenciando sua crise. E nas fissuras decorrentes desses choques está o lugar no qual outras perspectivas críticas projetuais poderão se constituir a partir da construção de um novo sentido para seu desenvolvimento.

Assim como o agenciamento do referencial teórico que fundamenta a discussão proposta está submetido à esta perspectiva metodológica mais geral, também estão os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa que originou este trabalho. Assim, o desenvolvimento da revisão bibliográfica, da análise documental, da interpretação e produção de mapas e dos procedimentos etnográficos também foram estruturados a partir de uma abordagem dialética. Esta informação torna-se relevante na medida em que tal abordagem influencia diretamente na construção do que usualmente se considera como respostas ou resultados obtidos por uma pesquisa.

Localização entre as lagoas e o mar

Na região localizada na encosta sudeste, litoral sul do Rio Grande do Sul, às margens do estuário da Lagoa dos Patos, localiza-se a cidade de Pelotas (PERES; POLIDORI, 2019). Denominada geograficamente por planície costeira, é caracterizada por cotas baixas, próximas ao nível do mar, extensas áreas alagadas e de intrínseca relação com a dinâmica das águas. É justamente nesse complexo lagunar, às margens do Canal São Gonçalo, canal natural que conecta a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim, no qual se estabelece a ocupação inicial da cidade (figura 1a). Ocupação que articulada às ocupações originais das cidades de Rio Grande e de São José do Norte, localizadas na abertura da Lagoa com o mar (figura 01a), constituem o Portal Meridional do Brasil (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2012), essa posição geográfica, às margens do canal São Gonçalo, de alta capacidade de comunicação fluvial, porém naturalmente protegida e resguardada das investidas espanholas na disputa por territórios, configura-se como fator determinante para a ocupação no séc. XVIII. Dessa forma, a partir de

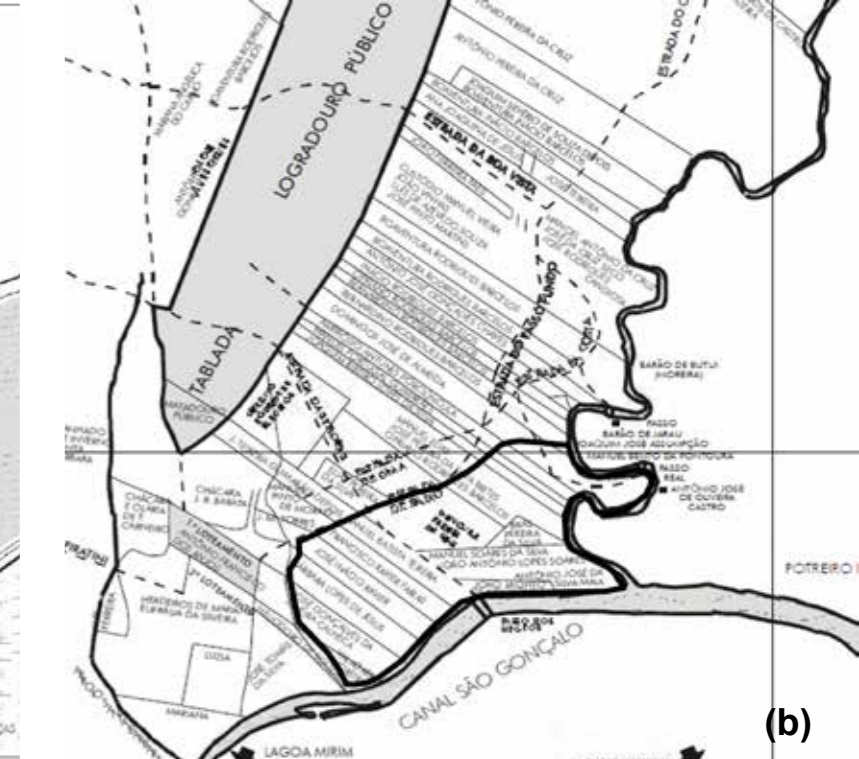
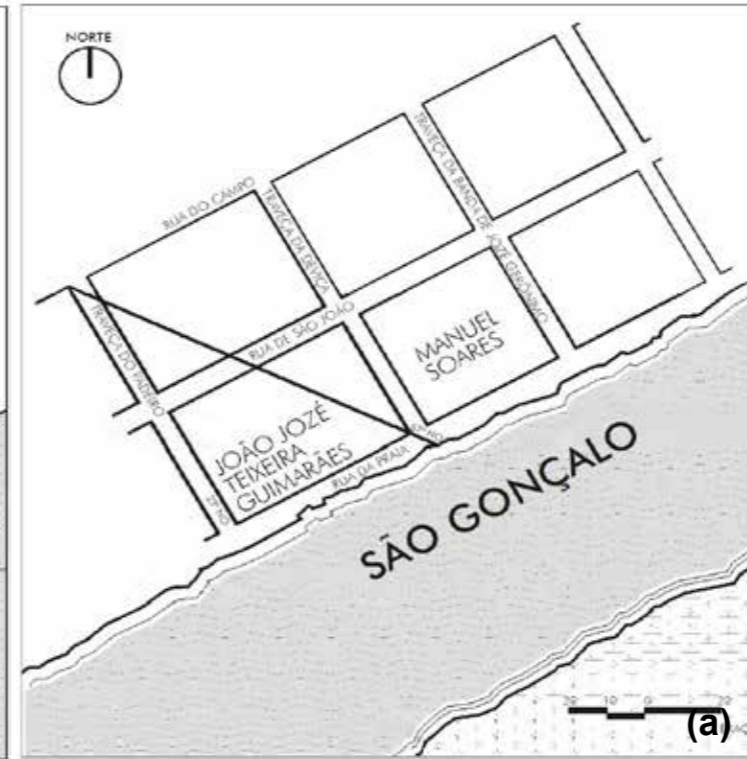
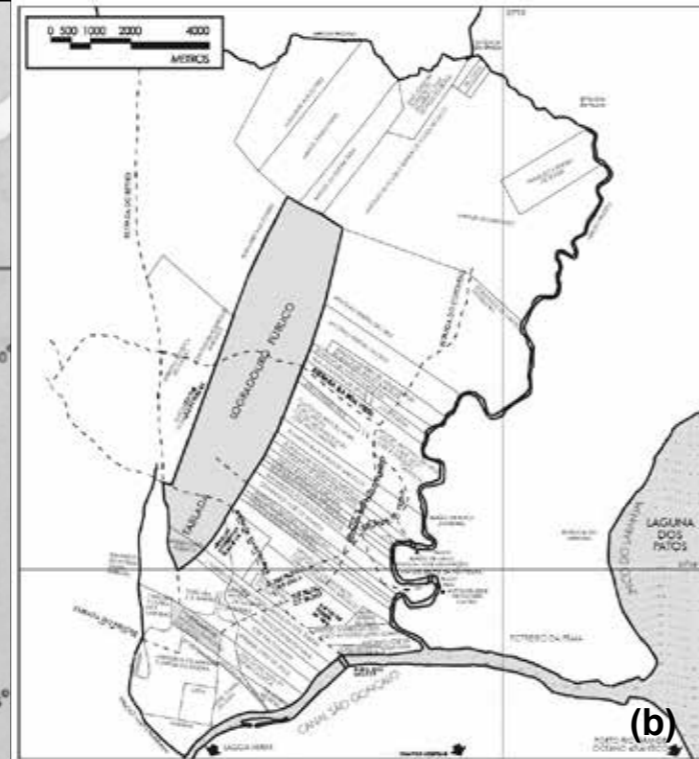


Figura 1 - Complexo lagunar, cidades de Pelotas e Rio Grande (a); Sesmaria Monte Bonito e 1º loteamento (b). Fonte: VARGAS, 2014 (a); GUTIERREZ, 2001, p. 174 (b).

1780, com a retomada da cidade de Rio Grande pelos portugueses, é possibilitado “o desenvolvimento da atividade pecuária e da manufatura do charque em grande escala” nessa região (OLIVEIRA, 2012, p. 124).

A disputa pelo núcleo urbano original

Na segunda metade do séc. XVIII define-se a sesmaria de Monte Bonito para distribuir e normatizar as terras nessa região (figura 1b). E somente em 1812 se instala a freguesia, originalmente nomeada de São Francisco de Paula em homenagem ao santo do dia da expulsão dos espanhóis da cidade de Rio Grande (GUTIERREZ, 2001).

O estabelecimento do núcleo urbano original é marcado pela disputa em torno da implantação, vinculada aos interesses das posses de terra (GUTIERREZ, 2001). Conforme Britto (2011), a localização do núcleo urbano não se dá apenas pelas condições da paisagem, mas, principalmente, a partir das “relações sociais que se imprimiam no espaço, expressa nos interesses dos proprietários que objetivavam a construção da cidade em suas terras visando o lucro futuro” (BRITTO, 2011, p.43).

Nesse mesmo período, consolida-se o porto e entreposto comercial inicialmente denominado de Passo Rico, e que posteriormente passou a chamar-se de Passo dos Negros. Este viabilizaria a instalação da primeira charqueada e o desenvolvimento dessa atividade produtiva baseada na exploração de povos escravizados (GUTIERREZ, 2001). Localizada à margem do Canal São Gonçalo, no encontro deste com o Arroio Pelotas, o Passo dos Negros (figura 2b), se estabeleceria enquanto o local de fiscalização, cobrança de impostos e de comercialização do gado proveniente dos Campos Neutrais e assumiria função central no tráfico dos povos escravizados na região.

A região do Passo dos Negros foi considerada como uma alternativa na disputa para a implantação do núcleo urbano original da cidade de Pelotas (figura 2a). Inclusive foi elaborado um “projeto de povoação, com seis quarteirões” (GUTIERREZ, 2001, p. 218) para aquele território. Somaram-se assim, sendo determinantes para o abandono da proposta de urbanização do Passo dos Negros, questões sociais, políticas e econômicas, assim como a relação com a paisagem, neste caso, admitida negativamente. Segundo Gutierrez (2001), os dejetos da produção saladeiril e a contaminação das águas compõem essa paisagem, somado a isso, o cenário de violência generalizada, seja na exploração das atividades charqueadoras, seja no tráfico dos povos escravizados

nessa região portuária (figura 3).

O crescimento urbano e a transição conservadora

Em 1812, o núcleo urbano original da cidade de Pelotas, conforme conhecemos atualmente, foi implantado, com a delimitação do chamado primeiro loteamento (figura 1b) (CARRASCO, 2017). Dessa forma, ainda segundo o autor, a produção do espaço urbano pelotense, desde o princípio, estaria alinhada à reprodução ampliada do capital. O processo de produção urbano e todos os seus instrumentos se apresentavam para elite pelotense como forma de garantir a manutenção da acumulação, concentração de riqueza e de seu protagonismo social (CARRASCO, 2017).

Dessa forma, a partir de Harvey (2009), é possível observar o processo de produção urbano da cidade de Pelotas como resposta ao problema do capital excedente produzido nesse período. De tal forma que, segundo Harvey (2009), o modo de produção capitalista tem a urbanização como instrumento de produção e absorção de excedentes de capital e, portanto, cumpre papel fundamental na reprodução ampliada do capital. Para isso, conforme Carrasco (2017), percebe-se a centralidade da propriedade, que passaria por um processo de transição conservadora.

[A] propriedade privada, categoria fundamental na sociedade escravocrata, também possui um papel central na definição da lógica geral e das formas de realização dos negócios urbanos, estabelecendo um ponto de contato e de continuidade fundamental em um processo de transição conservadora (CARRASCO, 2017, p. 598).

Ainda segundo o autor, a gradativa libertação da população escravizada e o aprisionamento da terra, representados na articulação entre a *Lei de Terras* (Lei 601/1850) e a lei que iria instituir o fim do tráfico de pessoas escravizadas (Lei 581/1850), ambas de 1850, reorganizavam as relações de trabalho e as formas de acesso à terra (CARRASCO, 2017). Reorganização pela qual, aponta Maricato (1996), seriam determinados os termos em que se submeteria e disciplinaria o trabalhador livre.

Figura 2 - Proposta de núcleo urbano original no Passo dos Negros (a); Sesmaria Monte Bonito, destaque para a atual macrorregião do São Gonçalo (b). Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 156 (a); adaptado de GUTIERREZ, 2001, p. 174 (b).



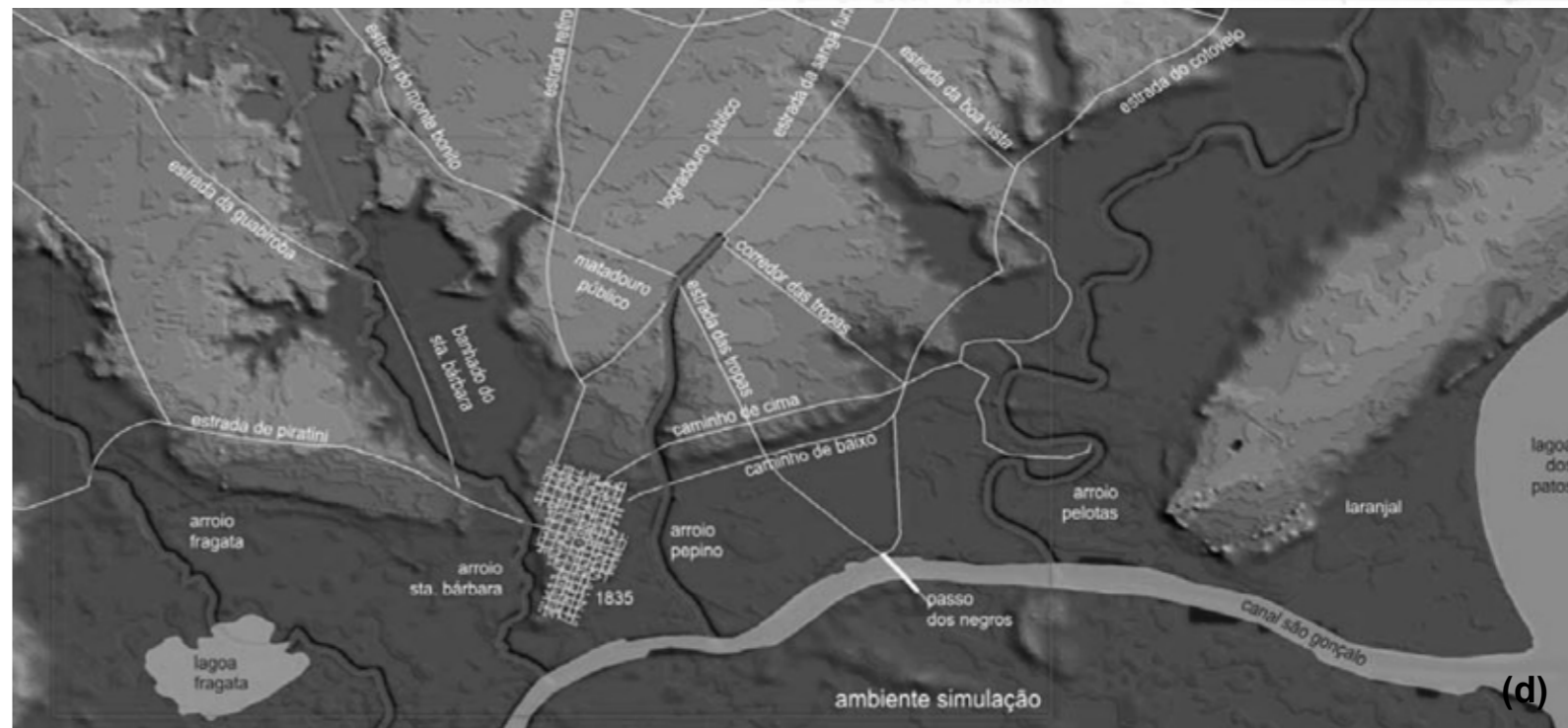
Peres e Polidori (2019), caracterizam o processo de crescimento urbano da cidade de Pelotas, entre 1815 a 1915 como uma morfologia concêntrica de expansão, e, principalmente, no sentido dos limites naturais impostos pelos Arroios Pepino e Santa Bárbara (figura 4a, 4b e 4c). Segundo os autores, em um primeiro momento, ocupando áreas de cotas mais altas e guardando distância dos Arroios (figura 04d). Posteriormente, de 1882 a 1916, é marcada a extensão no sentido sul e sudeste, acercando-se dos Arroios e do Canal São Gonçalo, ocupando áreas mais baixas, propensas a alagamentos e de maior dificuldade de saneamento. Nesse último período, a cidade passa a crescer na direção norte (figura 04c), área marcadamente privilegiada e destinada às elites locais (PMPel, 2021).

O século XX e a precarização do espaço habitado

O início do séc. XX é marcado pela decadência da produção do charque e pelo crescimento populacional na cidade, na qual “a pobreza urbana perderia a invisibilidade” (CARRASCO, 2017, p. 601). Nesse período, os cortiços passam a ser produzidos como forma urbana precária admitida, e dessa forma, a produção de habitação precária se consolida como instrumento de dominação e rentabilidade (CARRASCO, 2017). Na dimensão urbana, é importante destacar a definição de perímetros de exclusão aos cortiços adotados pelo poder público municipal, sendo o primeiro de 1881, e sua expansão em 1888. De tal forma que, segundo Carrasco (2017), percebe-se o início da relação de desigualdade entre centro e periferia na cidade, definido a partir da delimitação precisa, e consequente segregação, entre os territórios que seriam servidos pelas redes de infraestrutura urbana e serviços públicos (dentro dos perímetros) e aqueles destinados à generalização e exploração econômica da moradia precária.

Nas primeiras décadas do Século XX, ainda segundo o autor, como alternativa aos cortiços, incentivos fiscais seriam direcionados à construção de moradias operárias. Dessa forma, a exploração dos cortiços foi sendo gradualmente abandonada, por um lado pelo aumento das restrições, e, por outro, pela maior rentabilidade no investimento de construção de moradias periféricas, tendo em vista a valorização fundiária e a possibilidade de especulação. Soma-se a isso, o desenvolvimento de projetos urbanos de grande escala, marcadamente higienistas nesse período (CARRASCO, 2017).

No processo de exploração da habitação precária na cidade, cabe salientar o papel desempenhado pelas propostas dos grandes loteamentos. Destes, ressalta-se, segundo Carrasco (2017), de forma a representar esse processo, os termos e a escala do projeto original do loteamento Simões Lopes. Estes grandes projetos, promoveriam a superação da modalidade de construção de casas de aluguel, substituindo-a por uma nova forma urbana a ser explorada economicamente. Inicialmente, na forma de parcelamentos do solo combinado a produção habitacional e equipamentos de uso coletivo. Porém, inviabilizada a proposta original, consolida-se uma alternativa mais rentável: a forma urbana de loteamento combinado à autoconstrução da moradia com atendimento parcial de infraestrutura (CARRASCO, 2017).



Esse modelo, a partir das primeiras décadas do séc. XX, passa a ser amplamente replicado, configurando, assim, a forma hegemônica do processo de produção urbano da cidade. Como resultado, “a pressão por áreas cada vez mais afastadas do centro, e consequentemente mais baratas, forçou seguidas alterações no perímetro urbano oficial” (CARRASCO, 2017, p. 607). Processo combinado à intensa especulação, de forma a captar a valorização fundiária no entorno dos empreendimentos.

Os primeiros planos e o problema urbano

Nos anos 1960 e 1980 são elaborados e aprovados o I Plano Diretor e o II Plano Diretor da cidade. Ambos os Planos, apresentam propostas de zoneamento, sistema viário, parcelamento, uso e ocupação do solo. Esses instrumentos são funcionalizados e passam a organizar e legitimar o processo de produção urbana vigente.

Entre os anos de 1953 e 1965, se observa as intervenções urbanas de grande escala na macrorregião do São Gonçalo (figura 5a e 5b). Pode se destacar a implementação do loteamento Municipal da Várzea - loteamento N. S. de Fátima - em 1955 e do loteamento Cruzeiro do Sul em 1956 (SILVA; POLIDORI, 2008). Período no qual, segundo a Prefeitura Municipal, a expansão urbana se relaciona, principalmente, com o parcelamento e ocupação de áreas vizinhas aos loteamentos populares implantados nos períodos anteriores. Dessa forma, é possível constatar a reafirmação da forma

Figura 4 - 1º loteamento, 1815 (a); 2º loteamento, 1835 (b); 3º e 4º loteamentos, 1916 (c); Traçado urbano e caminhos sobre relevo, 1835 (d). Fonte: PERES; POLIDORI, 2019, p. 12 (a;b;c), p. 13 (d).

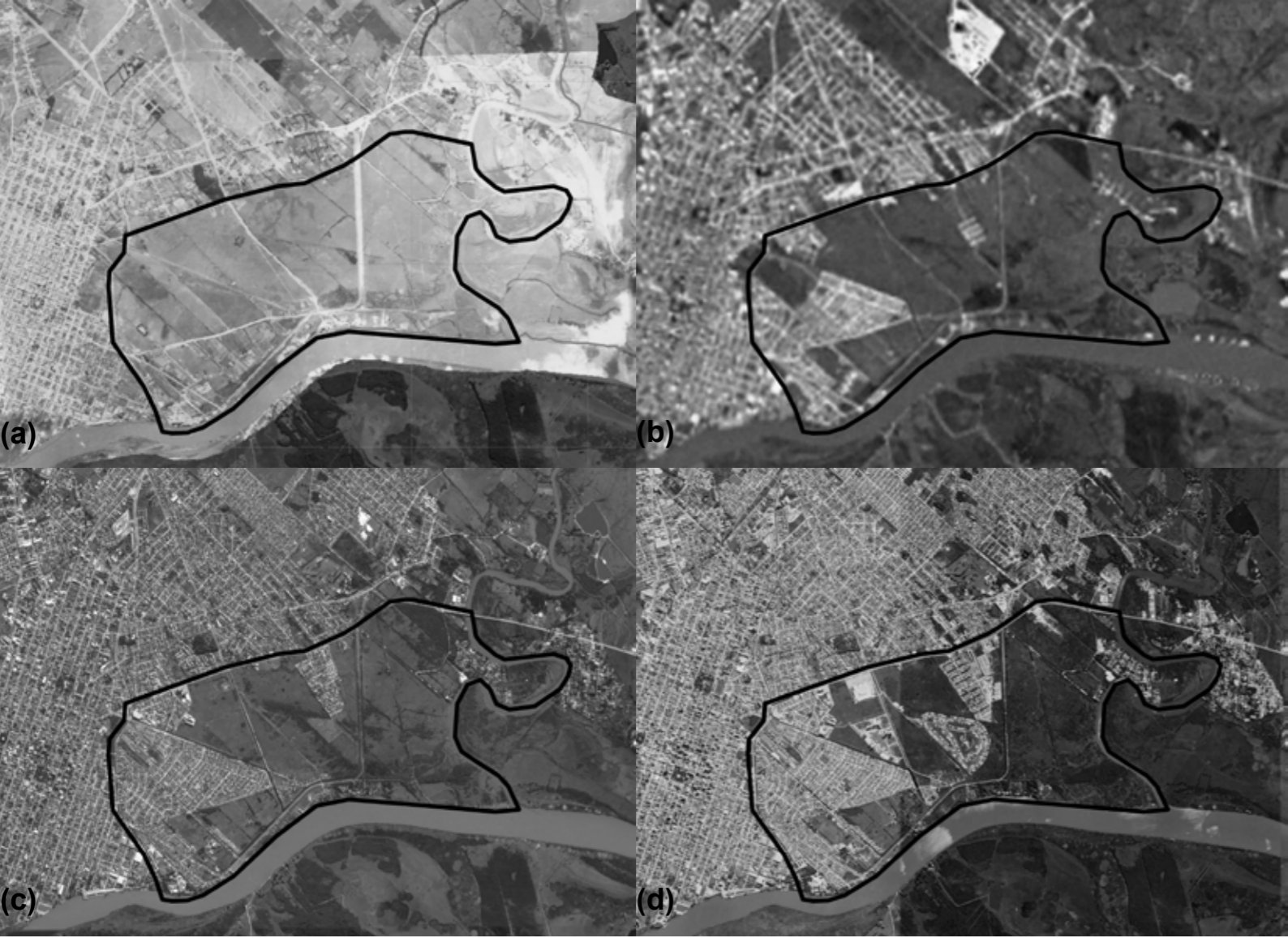


Figura 5 - Imagens aéreas da Macrorregião do São Gonçalo em: 1953 (a); 1985 (b); 2010 (c); 2021 (d). Fonte: PMPel, 2021 (a); Google, 2021 (b,c,d).

urbana precária como solução aos problemas urbanos, mesmo a partir da intervenção pública. No período entre os anos 1965 e 1989 (figura 5b), nessa mesma região, são executados, também pelo poder público, os loteamentos Navegantes 1, em 1975, e Navegantes 2, em 1986 (PMPEL, 2021). Confirmando-se, assim, a lógica hegemônica na produção do espaço urbano da cidade.

Segundo Soares (2002), é estabelecido, também nesse período, a transição da forma loteamento como investimento produtivo. Transição que ocorre, para o autor, a partir do esgotamento do parcelamento do solo, seja pela oferta desmedida de lotes, seja pela atuação direta do Estado nessa mesma forma de provisão habitacional. Soares (2002) aponta que a provisão habitacional, a partir de uma articulação entre agentes públicos e privados, viabiliza a construção de moradias que passaria a superar a forma loteamento enquanto investimento produtivo. “La promoción de viviendas utilizando recursos públicos se convirtió en una inversión atractiva y segura para el capital inmobiliario” (SOARES, 2002, p.371).

Pelotas pós Estatuto da Cidade

Em 2008, a partir do Estatuto da Cidade, é aprovado o III Plano Diretor e, em 2014, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Marcados, segundo Carrasco (2018), pelo reconhecimento do poder público sobre as situações urbanas relacionadas à pobreza e desigualdade, ignoradas pelos Planos anteriores, porém sem efetivamente se traduzir em enfrentamento às desigualdades urbanas.



De forma geral, a expansão da cidade no período recente, entre os anos de 2006 e 2015, expressa uma intensificação no processo de crescimento urbano. Segundo dados da Prefeitura Municipal, esse crescimento se realiza em forma de extensão e de densificação. Nesse período, se evidencia o aumento significativo de ocupações e loteamentos irregulares (PMPEL, 2021).

A cidade de Pelotas apresenta em 2018, a partir de dados da Prefeitura Municipal, mais de 200 áreas irregulares (DIÁRIO DA MANHÃ, 2018). Situação urbana marcada pela precariedade, seja pelo atendimento parcial ou inexistente de infraestrutura urbana, seja pelas condições precárias de habitabilidade, configurando-se em déficit habitacional. Tal desigualdade urbana é resultante do processo de produção urbano na cidade e das formas de exploração da habitação precária, abordados anteriormente no trabalho.

Percebe-se que a produção desse déficit se mostrou funcional em alguns momentos. Afastou os pobres do centro, garantiu o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, consolidou o poder da elite sobre o território, produziu e concentrou riqueza. A convivência, na extensão periférica de Pelotas, entre especulação imobiliária e urbanização precária, passou a fazer parte do cotidiano da cidade, explicitando os termos a partir dos quais foram definidas as relações — sociais, políticas, econômicas, culturais — entre centro e periferia ao longo da história da formação e consolidação desses territórios no município (CARRASCO, 2017, p. 608).

Figura 6 - Cotidiano e atividades produtivas no corredor das tropas (a); Pesca e formas de habitação às margens do São Gonçalo (b). Fonte: SILVEIRA, 2020, p. 73 (a); Acervo JoãoBEM (b). Figura 7 - Mapa de referências geográficas e urbanas do Passo dos Negros. Fonte: Silveira, 2020, p. 53.

Como descrito anteriormente, é possível constatar o processo de produção urbano na cidade, a partir da produção de loteamentos periféricos combinados a autoconstrução e, posteriormente, à produção de unidades habitacionais subsidiadas pelo Estado, e, ainda, articulado à intensa especulação imobiliária, através da valorização do entorno desses empreendimentos. Dessa forma, segundo Carrasco (2017), a periferia se transforma em território preferencial para a implantação de empreendimentos imobiliários, devido a disponibilidade de terras passíveis de serem urbanizadas e o seu relativo baixo custo.

A região do São Gonçalo em disputa

As transformações recentes na macrorregião do São Gonçalo são expressões da disputa por estes territórios. A coexistência recente de empreendimentos imobiliários de média e alta renda e assentamentos precários evidenciam a transição do investimento produtivo na área. Da exploração da atividade charqueadora, entreposto comercial, atividade fabril e a constante exploração da habitação precária, são confrontadas, atualmente, pelo aumento significativo da valorização da renda fundiária, a partir da implementação de empreendimentos imobiliários voltados à constituição de uma nova centralidade para a área.

Concomitantemente ao processo de transição do investimento, constata-se o adensamento populacional e de área construída na região, intensificando o nível de precariedade e a expressão da desigualdade urbana (GUERRA, 2019). Configura-se assim, uma disputa marcada por intensa pressão pela remoção dos assentamentos precários e apropriação desse território, articulada entre poder público e agentes privados (GUERRA, 2019).

Essa disputa em torno do território assume diferentes formas de enfrentamento. A partir do ambiente construído, representado em muros e câmeras de segurança, e da utilização de estratégias de segregação na implantação dos novos empreendimentos, de tal forma que se constituem em barreiras sociais, espaciais e de classe (SILVEIRA, 2020). Da mesma forma, é possível perceber o processo de desterritorialização das comunidades, suas culturas e patrimônios através da intensa alteração da paisagem do território, com intervenções arquitetônicas e urbanísticas alinhadas à valorização imobiliária, à limpeza urbana, ao ordenamento e à segurança, fragmentando e acirrando ainda mais a segregação social na região (SILVEIRA, 2020). A desterritorialização se estabelece como processo de rompimento do vínculo entre os moradores e território, e nesse caso, é determinado pela disputa por essa área e pelas pressões diretas ou indiretas, mas usualmente violentas, para sua expulsão.

Diante deste contexto, para Tanaka (2017), evidencia-se o papel do Estado tanto nos processos de segregação social, como nos processos de remoção dos assentamentos precários presentes no território. Assim, o poder público, alinhado aos interesses do mercado imobiliário, atua na manutenção da ausência de direitos dos moradores, recorrendo a diferentes instrumentos de controle, organização e legitimação (TANAKA, 2017). Nesse sentido, para a macrorregião do São Gonçalo, Guerra (2019) ressalta as modificações de parâmetros urbanos e de regulação do III Plano Diretor que beneficiam os empreendimentos imobiliários.

A retomada do Passo dos Negros

Destaca-se na disputa pelo território, o processo imposto de desterritorialização das comunidades, suas culturas e patrimônios a partir do avanço do mercado imobiliário.



Figura 8 - Macrorregião São Gonçalo em imagem Satélite Maxar Technologies, 2021. Fonte: Adaptado de GOOGLE, 2021.

Em contraposição a esse processo, os moradores reivindicam o reconhecimento do Passo dos Negros como patrimônio cultural, material e imaterial, considerando a patrimonialização enquanto uma ferramenta de luta para permanência neste território (SILVEIRA, 2020).

O Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da UFPel, juntamente com moradores do território, elaboram o mapeamento do Passo dos Negros, definido a partir de um polígono com vértices sobre pontos que retomam o processo histórico e cultural dessa região. Como resultado é definida uma área ampliada, que apesar dos limites traçados, entende-se que não há uma delimitação rígida do território, “as fronteiras são fluidas, estão em constante movimento” (SILVEIRA, 2020, p. 53).

Caracterização do território

O III Plano Diretor (2018) divide a Área Urbana em sete Macrorregiões administrativas, entre elas, está a do São Gonçalo, localizada às margens do Canal e tendo como limites os Arroios Pelotas e Pepino, e ao norte a Avenida Ferreira Vianna (PELOTAS, 2018).

Para embasar a caracterização do território da Macrorregião do São Gonçalo, serão analisadas questões que auxiliam no entendimento da Macrorregião como um todo, e também as especificidades das áreas que a compõem.

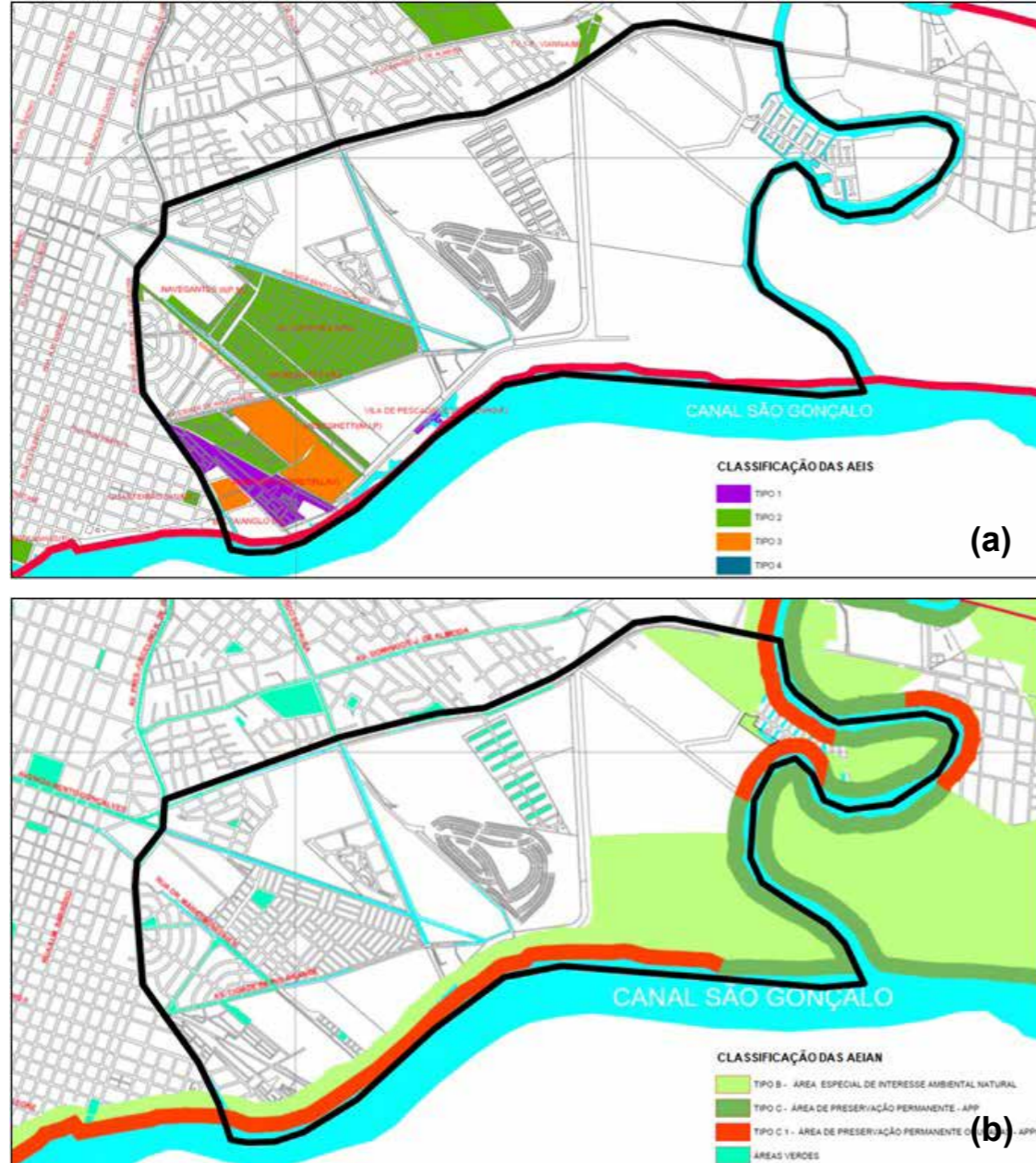
Legislação pós-Estatuto da Cidade

III Plano Diretor (2008, 2018)

O III Plano Diretor (III PD), aprovado em 2008, regulamenta, a nível municipal, os princípios gerais do Estatuto da Cidade (2001): a função social da cidade e propriedade; a gestão democrática do território; e a garantia do direito à cidade (CARRASCO, 2018). Cabe salientar, como abordado anteriormente, apesar do reconhecimento da desigualdade e precariedade na cidade pelo Plano, a incapacidade do Poder Público no enfrentamento dessa situação urbana. Na cidade de Pelotas, destacam-se, entre os instrumentos regulamentados, a definição das ‘Áreas de Especial Interesse’: Ambiental (Natural e Cultural), Social, Ocupação Prioritária e Ocupação Restrita.

As Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são “destinadas prioritariamente à recuperação urbanística e ambiental, à regularização fundiária e à produção de Habitação de Interesse Social” (PELOTAS, 2018, p. 43). De acordo com a figura 09a, na Macrorregião do São Gonçalo é possível identificar as AEIS: Tipo I: áreas de preservação ambiental: Balsa, Anglo e Vila de Pescadores da Estrada do Engenho; Tipo

Figura 9 - Mapa de AEIS do III PD, macrorregião São Gonçalo (a); Mapa de AEIAN do III PD, macrorregião São Gonçalo (b). Fonte: Adaptado de III PD, 2018.



II: áreas públicas ou privadas, ocupadas por população de baixa renda: Navegantes, Meneguetti, Perret; e Tipo III: áreas subutilizadas ou não utilizadas, destinadas à implantação de novos empreendimentos e reassentamento. Destaca-se que o Plano Diretor apresenta como condicionante para as intervenções urbanísticas em AEIS I e II, a elaboração de Planos de Urbanização - Planos Setoriais que complementam o Sistema de Planejamento (PELOTAS, 2018).

O III PD também estabelece Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN), identificadas na Macrorregião do São Gonçalo (figura 09b), às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. São consideradas, também, como Áreas de Preservação Permanente (APP), em sua maioria Ocupadas (APPO), uma faixa menor às margens do Canal e do Arroio. Cabe ressaltar que as AEIANs sofreram modificações na revisão do Plano Diretor de 2018, como a redução dos tipos de área de proteção, a exclusão de áreas, a omissão do propósito de preservação e conservação, e a retirada da regulamentação do texto do Plano - ficando exclusivamente sob controle da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental.

Apesar da implementação das Áreas de Especial Interesse, o Plano Diretor em Pelotas não implementa os instrumentos de maior capacidade de enfrentamento disponibilizados pelo Estatuto da Cidade (2001), reiteradamente postergados em sua regulamentação. Da mesma forma, porém, é possível constatar que mesmo aqueles mais alinhados ao mercado imobiliário, tampouco são implementados. Cabe destacar ainda que os Planos de Bairros e Planos de Urbanização para as AEIS, previstos nos III PD

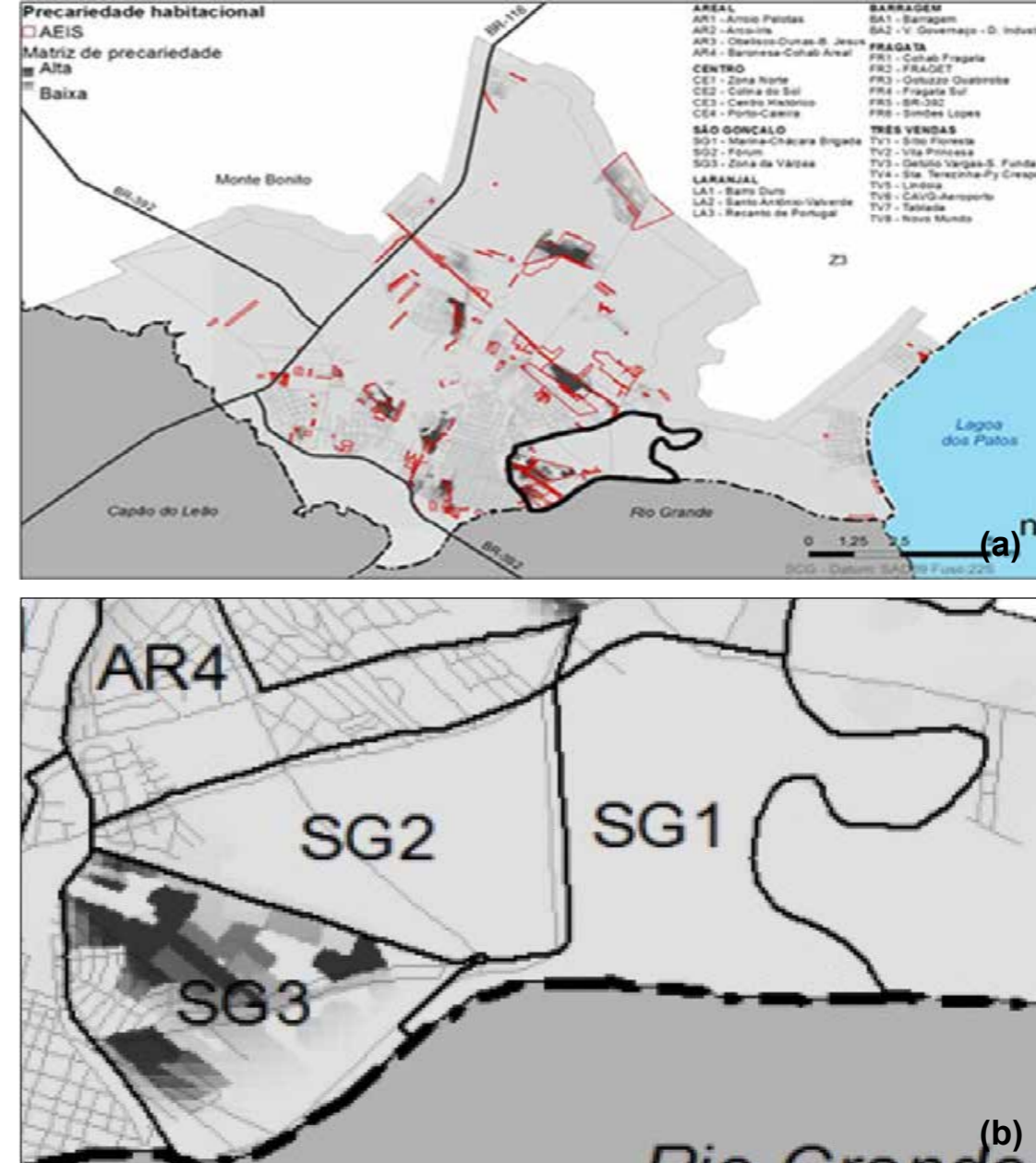


Figura 10 - Mapa de matriz de precariedade habitacional, macrorregião São Gonçalo (a); Mapa de proposta de setorização da macrorregião (b). Fonte: Adaptado de PLHIS, 2014.

(2008), de maior detalhamento do uso do solo e pressupondo processos de participação popular, também não foram implementados.

Plano Local de Habitação de Interesse Social (2014)

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) em Pelotas foi desenvolvido entre 2011 e 2014, com o objetivo de “orientar o planejamento local do setor habitacional de interesse social, para as áreas urbana e rural” (Pelotas, 2014, p. 20). Dessa forma, o PLHIS realiza o diagnóstico das áreas de precariedade do município, a partir da sobreposição de informações baseadas em três eixos, a Matriz Ambiental, a Matriz de Densidades e a Matriz de Infraestruturas, elaborando assim, em síntese desse processo, a Matriz de Precariedade Habitacional.

A figura 10a apresenta a relação entre a Matriz de Precariedade Habitacional e as Áreas de Especial Interesse Social do III Plano Diretor (2008). Na Macrorregião do São Gonçalo, além da grande quantidade de AEIS, é possível identificar o significativo número de áreas com alta precariedade habitacional (figura 10b). Os assentamentos mais precários são “as ocupações da Balsa, junto ao antigo Frigorífico Anglo (hoje campus da UFPel) e os loteamentos Navegantes I, II e III” (Pelotas, 2014, p. 144).

O PLHIS realiza extenso diagnóstico, a partir do estabelecimento de níveis de precariedade e hierarquias de prioridade para a implementação de políticas públicas

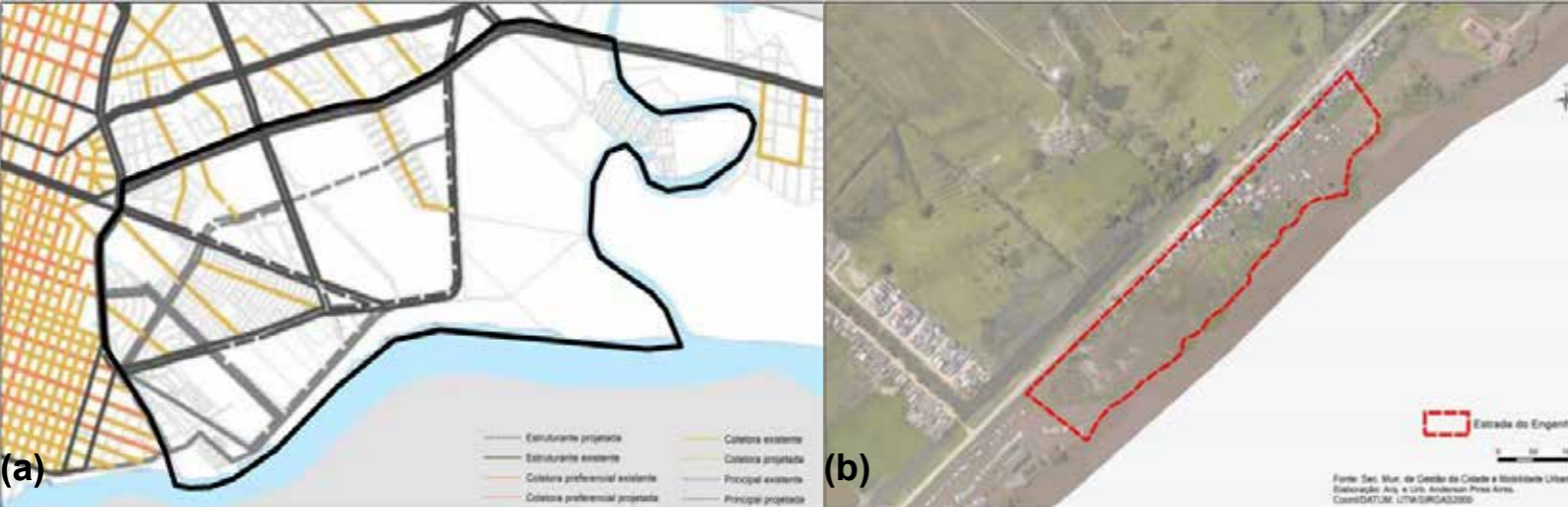


Figura 11 - Mapa de vias arteriais e coletoras, existentes e propostas, e propostas, macrorregião São Gonçalo (a); Mapa de proposta do parque urbano da Estrada do Engenho (b). Fonte: Adaptado de PlanMob, 2019.

habitacionais e urbanas. Contudo, segundo Medvedovski, Lima-Silva e Carrasco (2021), é possível identificar sobreposição das tipologias dos assentamentos precários trabalhados, generalizando as formas de intervenção, de tal forma que a maioria das ações propostas apontam remoções com realocações dos núcleos urbanos precários analisados.

Plano de Mobilidade

O Plano de Mobilidade (PlanMob) foi realizado na cidade de Pelotas em setembro de 2019, enquanto complemento do III Plano Diretor, instrumento de planejamento da mobilidade que considera o deslocamento de pessoas e cargas em geral e as relações dessa atividade com ambiente natural e construído, com objetivo de estabelecer estratégias e ações para uma mobilidade sustentável na cidade (PELOTAS, 2019).

O PlanMob propõe a complementação do sistema viário, pavimentação de passeios, rede para Transporte Coletivo, integração de modais, etc. Contudo, para Macrorregião do São Gonçalo, apesar de haver propostas de vias arteriais e coletoras, qualificação e reordenação de existentes e proposição de expansão (figura 11b), o Plano se mostra incapaz de reconhecer situações urbanas de precariedade, e, portanto, de incorporar possíveis soluções para essas áreas e identificar suas especificidades.

Destaca-se ainda que o Plano de Mobilidade apresenta o perímetro do projeto do Parque da Estrada do Engenho (figura 11b), elaborado pela Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana.

O projeto prevê a implantação de caminho para pedestres, ciclovia, mobiliário urbano, passarelas de madeira para acesso ao canal, paisagismo, quadras poliesportivas e quiosques. Está previsto a relocação da população que vive à beira do canal para a implantação do Parque (PELOTAS, 2019, p.83).

Regularização Fundiária

O processo de produção urbana na cidade de Pelotas é baseado em intervenções públicas e privadas marcadas pela irregularidade em relação à posse da terra (LIMA-SILVA, 2019). A partir dos anos 1980, com o crescimento da população e o aumento das ocupações e loteamentos sem acesso à infraestrutura, segundo Lima-Silva (2019), é elaborada a proposta de Lei dos Posseiros, porém não implementada.

Com base no Estatuto da Cidade (2001), em 2014 é aprovada uma Lei municipal que regulamenta a regularização fundiária em Pelotas. Contudo, a Lei apresenta uma série de problemas, como a imposição de custos do processo aos moradores - impossibilitando, em sua maioria, a realização efetiva da regularização -, e o processo

essencialmente jurídico - sem a garantia de melhorias de infraestrutura urbana e habitacional (MEDVEDOVSKI; CARRASCO; LIMA-SILVA, 2021).

Em 2017 é aprovada a Lei Federal 13.465/2017 que possibilita a isenção ao morador dos custos do processo de regularização fundiária, contudo, reafirma a relação fundamentalmente jurídica do problema urbano. E, inclusive, essa nova legislação servirá de base para políticas habitacionais e urbanas recentes, como o Programa Casa Verde e Amarela, evidenciando os termos em que serão propostas essas novas políticas.

Dessa forma, observa-se em Pelotas, a regularização fundiária como principal política urbana e habitacional implementada pelo poder público municipal no período recente. Além do caráter essencialmente jurídico, demonstra incapacidade em atender a demanda, continuamente ampliada pela forma de atuação do poder público. Pode-se destacar como exemplo, o loteamento público Navegantes, implementado pela Prefeitura em 1975 e considerado irregular pela insegurança da posse. Outro caso é o loteamento Anglo, que surge como ocupação por trabalhadores do Frigorífico nos anos 1940, passa por intervenções urbanas e habitacionais recentes através do PAC-UAP, porém, permanece com irregularidade fundiária.

Agentes Locais

Agentes Públicos

Pode-se considerar que as intervenções do poder público municipal nessa Macrorregião se iniciam a partir do loteamento público Nossa Senhora de Fátima em 1955 e do Cruzeiro do Sul em 1956, que, como já apresentado, representam a legitimação dessa forma urbana de loteamento e autoconstrução da moradia, destinado à população de baixa renda. E, consolidando essa expansão urbana para além dos limites do Arroio Pepino, a Prefeitura implementa outros dois loteamentos públicos, o Navegantes I (1975) e o Navegantes II (1986) (PMPEL, 2021).

A partir do BNH, se consolida a atuação do Estado na provisão habitacional, apresentado na primeira parte deste texto, e tem-se a combinação de agentes públicos e privados para a construção de moradias. Nesta Macrorregião, o primeiro empreendimento de provisão habitacional com financiamento público foi depois do fim do BNH, em 1989, com a construção do conjunto habitacional Jardim das Acácias (160 unidades habitacionais) (CHIARELLI, 2014).

Em 2008, a partir do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), na categoria especial destinada à população de baixa renda - até quatro salários mínimos -, é implementado nesta Macrorregião o Condomínio Par Terra Sul (180 unidades habitacionais) (CHIARELLI, 2014).

Em 2009 a Prefeitura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), urbaniza o Loteamento Anglo, e constrói 70 unidades habitacionais para a relocação dos moradores de áreas de risco (MEDVEDOVSKI; CARRASCO; LIMA-SILVA, 2021).

As intervenções mais recentes nesta Macrorregião ocorrem entre 2009 e 2020, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sendo 5 empreendimentos faixa 2 (800 apartamentos) e 2 empreendimentos faixa 3 (288 apartamentos) (PINTO, 2016). Cabe ressaltar também outras formas de atuação do poder público nessa região, como planejamento urbano (Plano Diretor, alterações do Plano Diretor, PLHIS, entre outros), as intervenções parciais de infraestrutura, e a regularização fundiária - imposta como

problema e apresentada como solução pelo mesmo poder público, de baixa efetividade e essencialmente jurídica. Tanaka (2017) ressalta a necessidade de compreensão do papel do Estado frente aos processos de segregação sócio-espacial, que como interlocutor do mercado imobiliário, acaba por operar na manutenção da precariedade urbana e habitacional.

Agentes Privados

A Macrorregião do São Gonçalo, localizada às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, como visto anteriormente, desempenha papel fundamental para a atividade charqueadora no século XVIII. Em 1850, a partir da implementação da propriedade da terra e da reorganização do trabalho, acentua-se a apropriação privada desse território. De tal forma que, no século XIX, os investimentos produtivos nessa área vinculam-se à atividade fabril, Frigorífico Anglo e Engenho Pedro Osório, e a exploração da produção urbana, principalmente a habitação precária.

Em 1919, é inaugurada às margens do Canal, na até então Charqueada de Brutus Almeida, a Companhia Frigorífico Rio Grande, especializado na produção de carnes e conservas de carnes, cujo destino da produção era o mercado regional e estrangeiro, a partir do porto do Rio Grande para a Inglaterra (BRITTO, 2011). Segundo Britto (2011), em 1943 o frigorífico é comprado por uma empresa inglesa e passa a ser chamado de Frigorífico Anglo S.A, mantendo as atividades até a década de 1990. Entre os anos 1943 e 1970, estima-se que no entorno do Frigorífico (Ocupação da Balsa e Anglo) habitavam em torno de 800 a 1200 pessoas, sendo cerca de 80% trabalhadores do Frigorífico Anglo (SILVA, 1999, apud BRITTO, 2011). O antigo Frigorífico Anglo foi comprado pela UFPel em 2004 e atualmente é um dos seus *Campi* Universitário, sediando também a reitoria da Universidade.

Em 1922, a Charqueada São Gonçalo dá origem ao Engenho Pedro Osório, engenho de beneficiamento de arroz, considerado o de maior capacidade na América Latina na época (SILVEIRA, 2020). Segundo Silveira (2020), o complexo arquitetônico do Engenho, era composto pela Vila Operária, escola e campo de futebol, e foi ativo até os anos 1980.

Seguindo a lógica de ocupação de áreas afastadas do centro e a especulação como forma de valorização da renda fundiária, nos anos 1980 é inaugurado o Loteamento Umarama, com implementação na zona norte da Macrorregião do São Gonçalo, e que representa essa modalidade de produção urbana vinculada com uma nova frente de expansão imobiliária, a abertura da Avenida Ferreira Viana/Adolfo Fetter, que se torna a principal conexão do centro com o bairro Laranjal.

A partir dos anos 1980, pode-se perceber uma série de flexibilizações sobre a implantação de empreendimentos de alta renda em áreas ambientalmente frágeis, resultando no Loteamento Marina Ilha Verde, às margens do Arroio Pelotas, e em residências unifamiliares às margens do Canal São Gonçalo. Neste período também foi instalado o clube Veleiro Saldanha da Gama, empresa esportiva e iate clube às margens do Canal.

Na Macrorregião do São Gonçalo, os anos 1990 são marcados pela implantação de conjuntos habitacionais para a classe média. Em 1995 é lançado o Jardim das Hortênsias (336 apartamentos), o Village Center I (1000 apartamentos), o Village Center II (500 apartamentos), e em 1996, o Village Center IV (312 apartamentos) (CHIARELLI, 2014).

Recentemente, outros empreendimentos residenciais têm sido implementados nessa Macrorregião. O condomínio horizontal Lagos de São Gonçalo lançado em 2012 (365 lotes), o Loteamento Parque Una, complexo imobiliário vertical em construção (75 lotes - multifamiliar, institucionais e comerciais) (GUERRA, 2019), e o Parque Residencial Porto5, complexo imobiliário com previsão de lançamento em 2023.

Pode-se destacar também como parte desse processo de valorização fundiária dessa região, a implantação de empreendimentos comerciais, como o BIG (2004) - hipermercado atualmente da rede francesa Carrefour -, e o Shopping Pelotas (2013) (GUERRA, 2019). E ainda, segundo Guerra, a transferência do complexo judiciário para essa região, com o prédio do Foro da Comarca de Pelotas (2005) e o prédio do Ministério Público (2009).

Grupo Sócio Espacial

Como já apresentado, houve incentivo do poder público municipal de ocupação dessa Macrorregião, a partir dos Loteamentos públicos Fátima e Navegantes I e II. A partir de então, tem-se a ocupação de áreas próximas aos loteamentos e conjuntos habitacionais populares, bem como das margens do Canal São Gonçalo. Ainda é possível destacar a ocupação histórica do Passo dos Negros e Corredor das Tropas e as ocupações pelos trabalhadores dos empreendimentos locais.

Para identificar os agentes locais a partir dos assentamentos precários da Macrorregião, utiliza-se do conceito de grupo sócio-espacial, apresentado por Kapp (2018) como “grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele” (KAPP, 2018, p. 223).

Para a identificação dos grupos sócio-espaciais, tem-se como base o levantamento feito pela Secretaria Municipal de Habitação, utilizado na etapa de diagnóstico do PLHIS (2014):

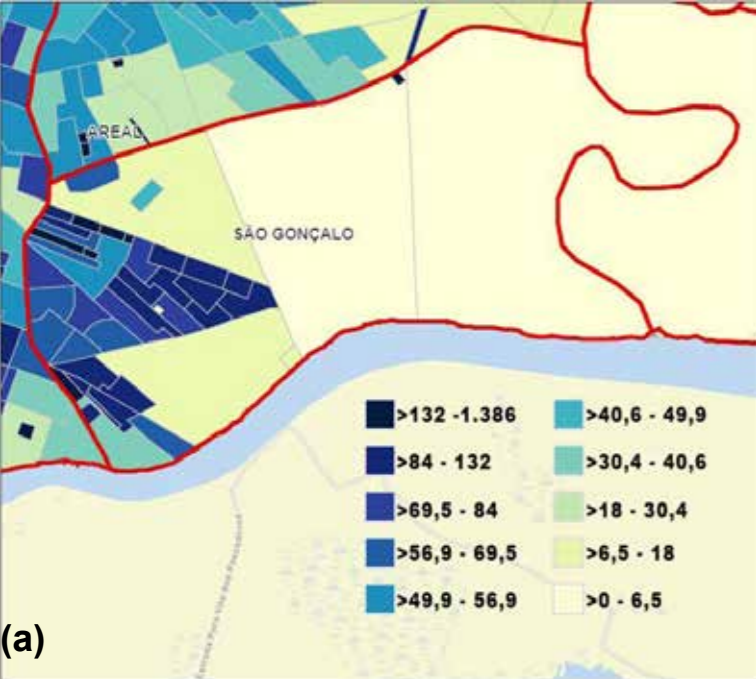
Áreas residuais do Loteamento Navegantes, ocupadas desde a sua criação: Quarteirão da rua Claudiomar Bachini e Quarteirão Telles. Ocupação das áreas entre o Loteamento Navegantes e os conjuntos habitacionais, iniciadas nos anos 1980: Loteamento Belo Horizonte, Loteamento Dulce, Querência, Ocupação muro do Village Center.

Ocupação ao longo da Rua Mário Meneghetti, divisa entre o Loteamento Fátima e o Loteamento Navegantes, iniciada nos anos 1980: Ocupação Mário Meneghetti, Loteamento Mário Meneghetti, Ocupação rua Xavante.

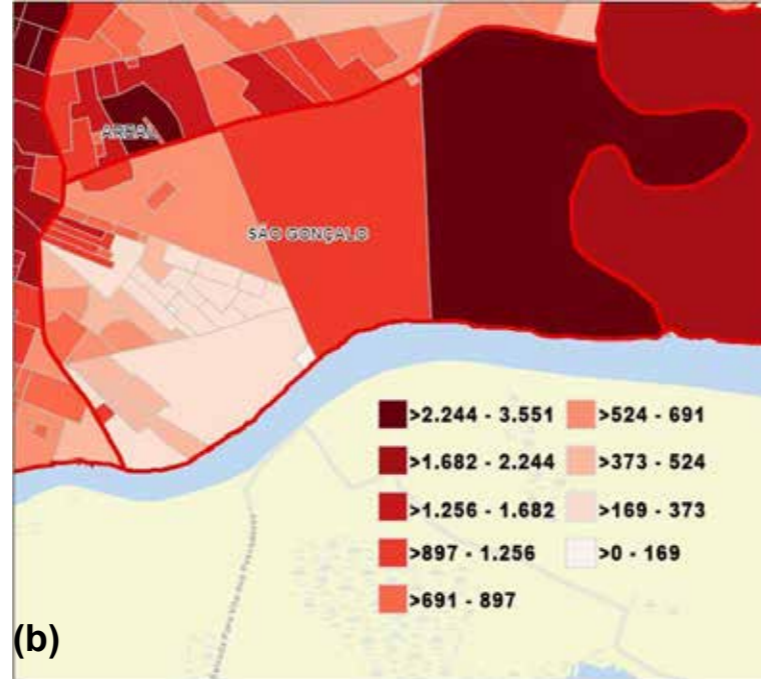
A partir dos anos de 1940, tem-se a ocupação do entorno do Frigorífico Anglo pelos próprios trabalhadores e ocupações ao longo da Rua Tiradentes, motivadas pelo acesso à antiga balsa para a cidade de Rio Grande: Loteamento da Balsa, Loteamento Anglo, Ocupação Campo do Casarin.

Ocupações às margens do Canal São Gonçalo e do acesso a balsa, intensificadas a partir dos anos 1980, a partir da Vila de Pescadores da Estrada do Engenho: Ocupação da Estrada do Engenho, Ocupação do Dique.

Áreas historicamente ocupadas e que receberam intervenções recentes de remoções pelo avanço do capital imobiliário nesta região, e, dessa forma, originam novas ocupações, que se intensificam a partir de 2010: Ocupações próximas ao Campo Osório e Ocupação do Corredor das Tropas.



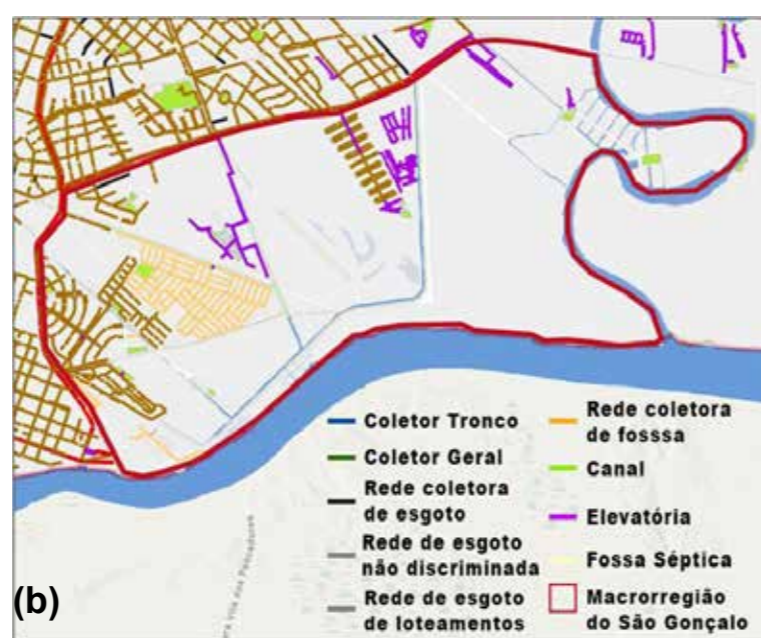
(a)



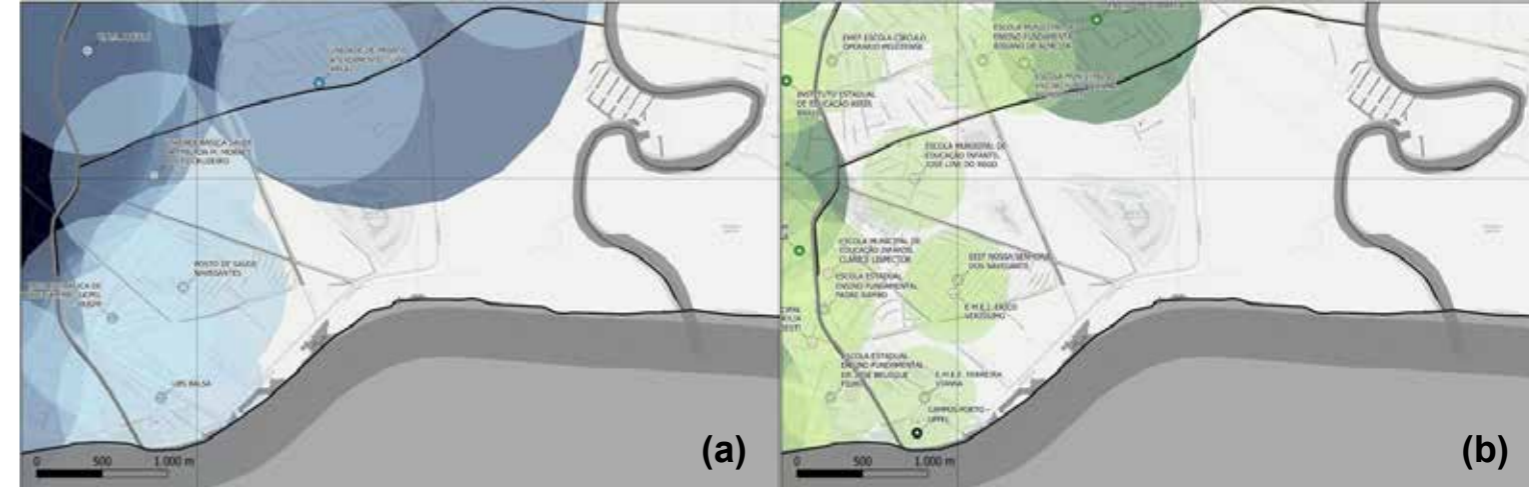
(b)



(a)

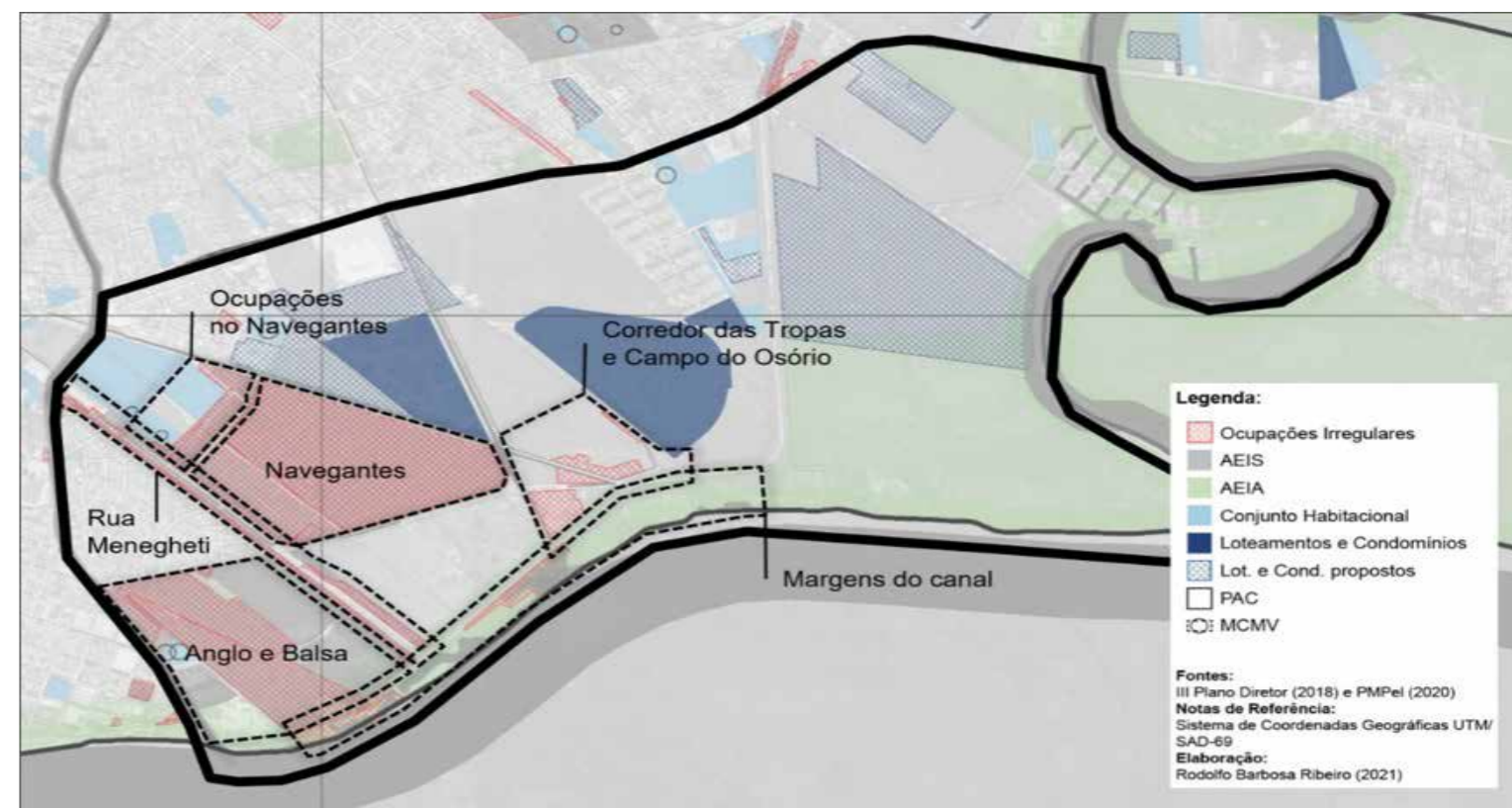


(b)



(a)

(b)



Legenda:

- Ocupações Irregulares
- AEIS
- AEIA
- Conjunto Habitacional
- Loteamentos e Condomínios
- Lot. e Cond. propostos
- PAC
- MCMV

Fontes:
III Plano Diretor (2018) e PMPel (2020)
Notas de Referência:
Sistema de Coordenadas Geográficas UTM/
SAD-89
Elaboração:
Rodolfo Barbosa Ribeiro (2021)

Figura 12 - (a) Recorte do mapa de Moradores em domicílios particulares permanentes por hectare; (b) Recorte do mapa de Renda per capita na Macrorregião do São Gonçalo. Figura 13 - Recorte dos mapas de Rede de Água (a); Rede de Esgoto (b). Fonte: Geo Pelotas.

Os grupos sócio-espaciais apresentados, em assentamentos precários, enfrentam no cotidiano problemáticas geradas pelo histórico descaso do Estado, ausência ou precarização da infraestrutura urbana, e mais recentemente, a disputa do espaço e as ameaças de remoções (TANAKA, 2017). De acordo com Tanaka (2017), a desqualificação do espaço urbano dessas áreas é uma forma de dominação da terra por parte do Estado, que muitas vezes justifica as expropriações através do discurso de “recuperação”, e como consequência, acabam sendo destinadas ao mercado imobiliário.

Análise da densidade demográfica, renda per capita, infraestrutura e equipamentos

A análise é apresentada a partir dos dados disponibilizados no Portal de Informações Geográficas da Prefeitura de Pelotas. Para iniciar a análise, foram analisados os mapas de moradores por hectare (figura 12a) e renda per capita (figura 12b), desenvolvidos com base no Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Torna-se necessário salientar a defasagem das informações em função do ano do último Censo e a recente expansão dos empreendimentos de incorporação imobiliária nessa área. Através da análise dos mapas, percebe-se também que parte dos assentamentos precários não foram mapeados pelo último Censo, sobretudo aqueles que se localizam às margens do Canal São Gonçalo e de

maior precariedade.

Pode-se afirmar, através da análise dos mapas da figura 12, a evidente segregação sócio-espacial existente nesta macrorregião, demarcadas pelas diferenças de densidade e renda. Também pode-se perceber, na área onde se localizam os loteamentos populares, a concentração de alta densidade e baixa renda per capita. De acordo com o Plano de Mobilidade (2019), a microrregião do Navegantes, que faz parte da Macrorregião do São Gonçalo, está entre as dez microrregiões com maior densidade e menor faixa de renda de Pelotas.

A análise da infraestrutura urbana dessa Macrorregião, se desenvolve a partir da distribuição das redes de água e esgoto. Ao analisar os mapas das figuras 13a e 13b, percebe-se que a distribuição da rede de água e esgoto se concentra nas áreas mais próximas ao centro da cidade e destinadas às rendas mais altas. Nos loteamentos Fátima e Navegantes e nos assentamentos mais consolidados, também é possível identificar o acesso às redes. Contudo, na região às margens do Canal São Gonçalo, a presença das redes de água e esgoto é notavelmente mais escassa, ainda que algumas dessas áreas tenham ocupações historicamente consolidadas.

Analisa-se também, a distribuição de equipamentos públicos de saúde (figura 14a) e educação (figura 14b) nesta Macrorregião, baseada no banco de dados dos

Figura 14 - Equipamentos e raios de abrangência, saúde (a); educação (b). Fonte: Adaptado pelos autores. Figura 15 - Mapa de setorização da macrorregião (em desenvolvimento). Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

autores. Para as medidas dos raios de abrangência dos equipamentos, utiliza-se dos parâmetros estabelecidos por Teixeira et al (2020) para a cidade de Pelotas: ensino infantil e fundamental 400 metros, ensino médio 800 metros, UBS/posto de saúde 800 metros, hospital 1600 metros.

Pode-se identificar na figura 14a que grande parte das áreas ocupadas nesta Macrorregião, são atendidas por equipamentos públicos de saúde, ainda que seja por Unidades Básicas e Postos de Saúde - não há hospitais nesta Macrorregião. Conforme apresenta a figura 14b, os equipamentos de educação - ensino infantil e fundamental - estão implementados nas áreas mais próximas ao centro da cidade e nos loteamentos mais consolidados. Não há equipamento de educação de ensino médio nesta Macrorregião. Pode-se destacar a implantação do *Campi Anglo* da UFPel, que atende a reitoria da Universidade e mais de 20 cursos.

É preciso destacar que, como na análise da infraestrutura urbana dessa Macrorregião, os assentamentos precários às margens do Canal São Gonçalo não são atendidos pelos equipamentos públicos de saúde e educação identificados. Como abordado anteriormente, ao manter a situação de urbanização precária e estigmatizar ocupações irregulares, o Estado mantém o controle pelo território e sujeita os moradores, independentemente do tempo que estejam vivendo nesses territórios, à dinâmica e arbitrariedades do mercado imobiliário (TANAKA, 2017).

Setorização: síntese da caracterização do território

O mapa da figura 15 é resultado das análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, configurando-se como uma síntese da caracterização do território da Macrorregião do São Gonçalo. Buscando espacializar as informações apresentadas, mapeia-se a localização dos agentes públicos e privados, dos grupos sócio-espaciais, dos equipamentos públicos de saúde e educação. Para assim, identificar as possibilidades de contribuição do campo da arquitetura e urbanismo frente ao contexto de precariedade urbana e habitacional e as atuais disputas em torno desta Macrorregião.

Apresenta-se na figura 15, a setorização dos grupos sócio-espaciais identificados nesta Macrorregião, a partir da proximidade física, e origem, período e forma de ocupação. Entende-se essa setorização como proposição inicial sobre a compreensão do espaço, a ser comprovada, ou não, nas próximas etapas de desenvolvimento dessa pesquisa.

Cartografia em processo

O trabalho desenvolvido na Nucleação da Residência AU+E na UFPel propõe pensar a atuação profissional em arquitetura e urbanismo na Ocupação do Corredor das Tropas - Passo dos Negros, comunidade ameaçada de remoção pelo avanço de empreendimentos imobiliários na região do São Gonçalo, onde está localizada.

Nesse processo, destacam-se dois pontos: primeiro, compreendendo a complexidade da formação histórica e dos movimentos de resistência da região, é indispensável uma perspectiva interdisciplinar para atuação no território; e segundo, o contexto de crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, demandando distanciamento social e medidas preventivas, torna a atuação presencial no território um elemento complexo e que faz necessário uma relação consolidada com os moradores.

Dessa forma, buscando articulação com grupos organizados que já trabalham no território em contato com as comunidades, têm-se a aproximação com o GEEUR, que

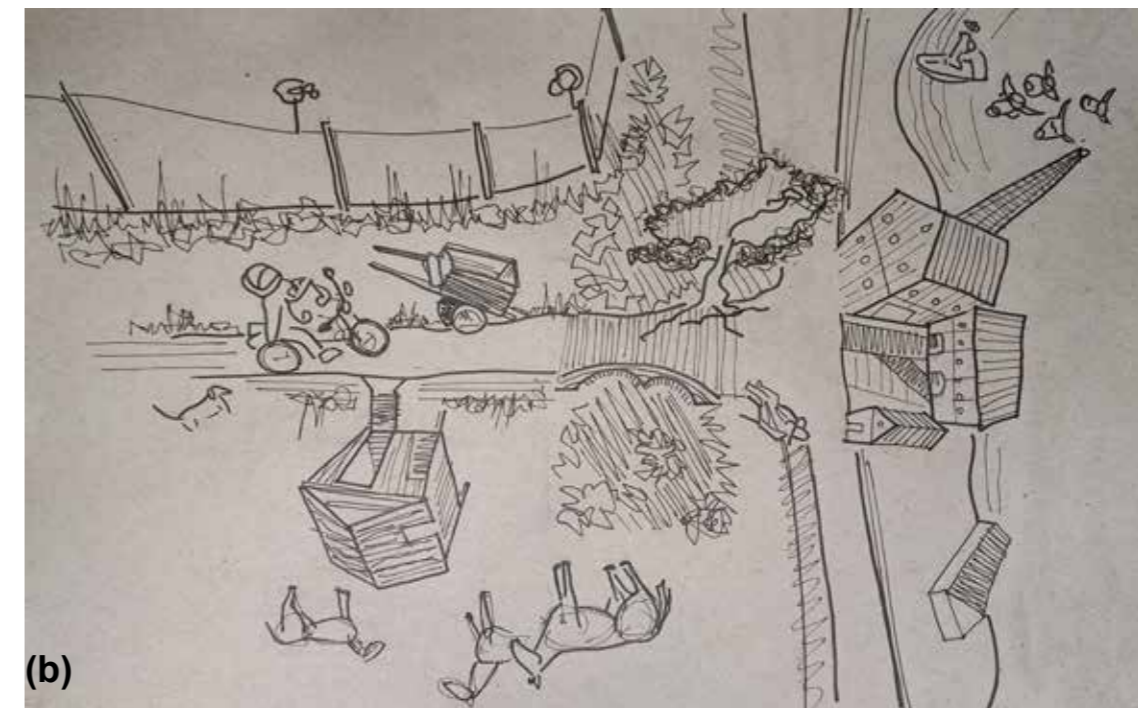
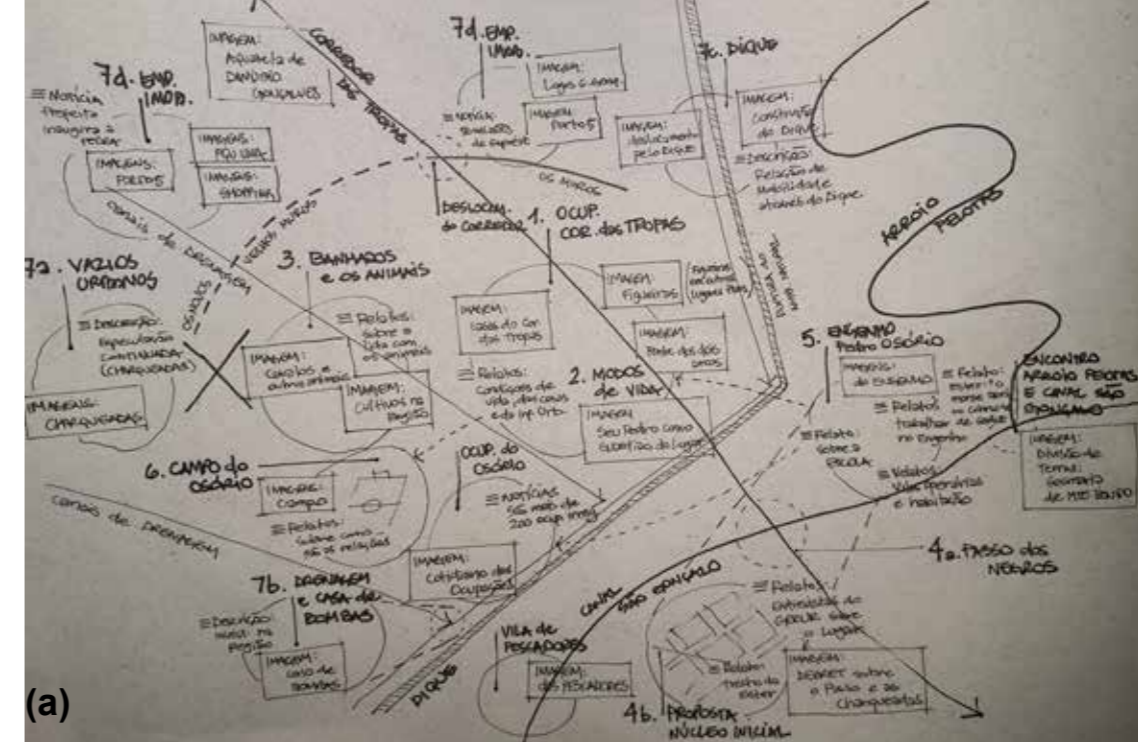


Figura 16 - projeto de cartografia e ilustração de um dos agrupamentos propostos (a); (b). Fonte: Elaborado pelos autores.

desenvolve trabalhos junto à comunidade do Passo dos Negros desde 2014, a partir do Projeto de Pesquisa Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas e do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação.

Os trabalhos a partir da parceria entre GEEUR e a Nucleação da Residência AU+E na UFPel estão em torno de denúncias sobre o processo de ameaças de remoções e retirada sistemática de direitos dos moradores; visibilidade das comunidades locais e do patrimônio histórico cultural ameaçado; e a construção de um projeto que busca garantir os direitos dos moradores à permanência, à moradia e à cidade, a partir dos termos dos próprios moradores e alinhados a perspectivas centradas no processo histórico dessas comunidades em relação ao território.

Propõe-se, nesse processo, a construção da cartografia como forma de aprofundar a compreensão sobre o processo histórico de formação do território, as relações de moradia e os modos de vida. Tem-se como base para a cartografia a pesquisa sobre a macrorregião, os trabalhos do GEEUR e a relação dos autores com os moradores da

Ocupação do Corredor das Tropas.

Destaca-se, como ponto de partida, as reflexões de Ingold (2005) sobre a cartografia de processo, reconhecendo o mapear enquanto processo contínuo e no qual se deve considerar as contribuições para formação do mundo em movimento. Da mesma forma, Prado Filho (2013) aborda o olhar crítico necessário para representar relações e trajetórias, e que não necessariamente precisa vir em formato de mapa:

Tal estratégia desenha não exatamente mapas no sentido tradicional do termo e sim diagramas, que não se referem à topografia, mas a uma topologia dinâmica, a lugares e movimentos de poder, traçar diagramas de poder, expõe as linhas de força, diagrama enfrentamentos, densidades, intensidades (PRADO FILHO, 2013, p. 47).

Dessa forma, considerando o processo em aberto de mapear e os diagramas como forma de representação e organização das ideias, propõe-se um projeto da cartografia. O projeto da cartografia faz parte do processo de reflexão sobre as formas de espacializar o processo histórico, as relações e os modos de vida.

Para o desenvolvimento da cartografia, busca-se reconhecer os trabalhos desenvolvidos pelo GEEUR ao longo dos últimos sete anos no Passo dos Negros. A partir do método da deriva dos situacionistas - conhecer e pensar as cidades-, busca-se percorrer os textos e trabalhos produzidos pelo GEEUR como forma de melhor compreensão aprofundada desse território.

As grandes cidades são favoráveis à distração que chamamos de deriva. A deriva é uma técnica do andar sem rumo. Ela se mistura à influência do cenário. Todas as casas são belas. A arquitetura deve se tornar apaixonante. Nós não saberíamos considerar tipos de construção menores. O novo urbanismo é inseparável das transformações econômicas e sociais felizmente inevitáveis. É possível se pensar que as reivindicações revolucionárias de uma época correspondem à ideia que essa época tem de felicidade (JAQUES, 2003).

Nesse processo, é possível identificar a constante transformação urbana da região do São Gonçalo e do território do Passo dos Negros. E, no processo de transformação, reconhecer o movimento de fazer cidade (AGIER, 2015).

Na acumulação destes três efeitos de invasão/ ocupação/ instalação encontra-se o movimento do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. É neste momento, nesta pragmática, que o fazer-cidade se torna objeto real e observável do 'direito à cidade' [...] Locais, particulares ou precárias, as práticas do fazer-cidade revelam assim uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos (AGIER, 2015 p. 494).

Assim, com essas bases, aproxima-se ao território e a partir do levantamento socioespacial, amplia-se ainda mais a compreensão sobre o lugar e seus modos de vida. A proposta de contribuição no campo da arquitetura passa pela construção de uma proposta para esse lugar, como forma de resistir e garantir a permanência dos moradores, frente ao território em disputa. Esse território em disputa, se estabelece nos termos da “guerra pelos lugares” de Rolnik (2015), onde o conflito está nos “processos

coletivos de construção de contraespaços”.

Assim, tem-se como objetivo a construção conjunta entre moradores, GEEUR e Nucleação RAU+E UFPEL, de um contra projeto, a partir dos termos dos próprios moradores, como forma de disputa pela permanência qualificada dos deles no território. A partir dessas bases, se constrói a cartografia, para aprofundar a compreensão do lugar, dos modos de vida, diferentes tempos, e, principalmente, dos diferentes ‘fazer cidade’ que constroem o Passo dos Negros.

[...] os escritos de Seger et al (2015), em que as autoras desdobram a noção de “fazer Passo dos Negros”, observando os diferentes modos de habitar o lugar e colocando a autoria da criação pelas pessoas e suas formas de vida e sociabilidade. Assim, seguindo os caminhos já percorrido pelas autoras, escrevemos como se faz a cidade enquanto ente vivo e em constante (trans)formação, nos levando a concepção de que existem múltiplas maneiras de se fazer cidade (AGIER, 2015), e assim, múltiplas maneiras de se “fazer o Passo dos Negros” (GEEUR, 2019, p. 43).

Destaca-se também, a necessidade de compreender como se estabelecem as relações culturais e históricas com esse território, e como, no cotidiano atual dos moradores, essas relações aparecem.

Ao realizar caminhadas no Passo dos Negros, atentamos para esta paisagem e suas várias camadas de tempo que dialogam entre si. Este é um tempo que surge das relações multifacetadas entre entidades de vários passados, onde tanto passado como presente são completamente misturados (OLSEN, et al., 2012). O passado não passou, de fato (GEEUR, 2019, p. 44).

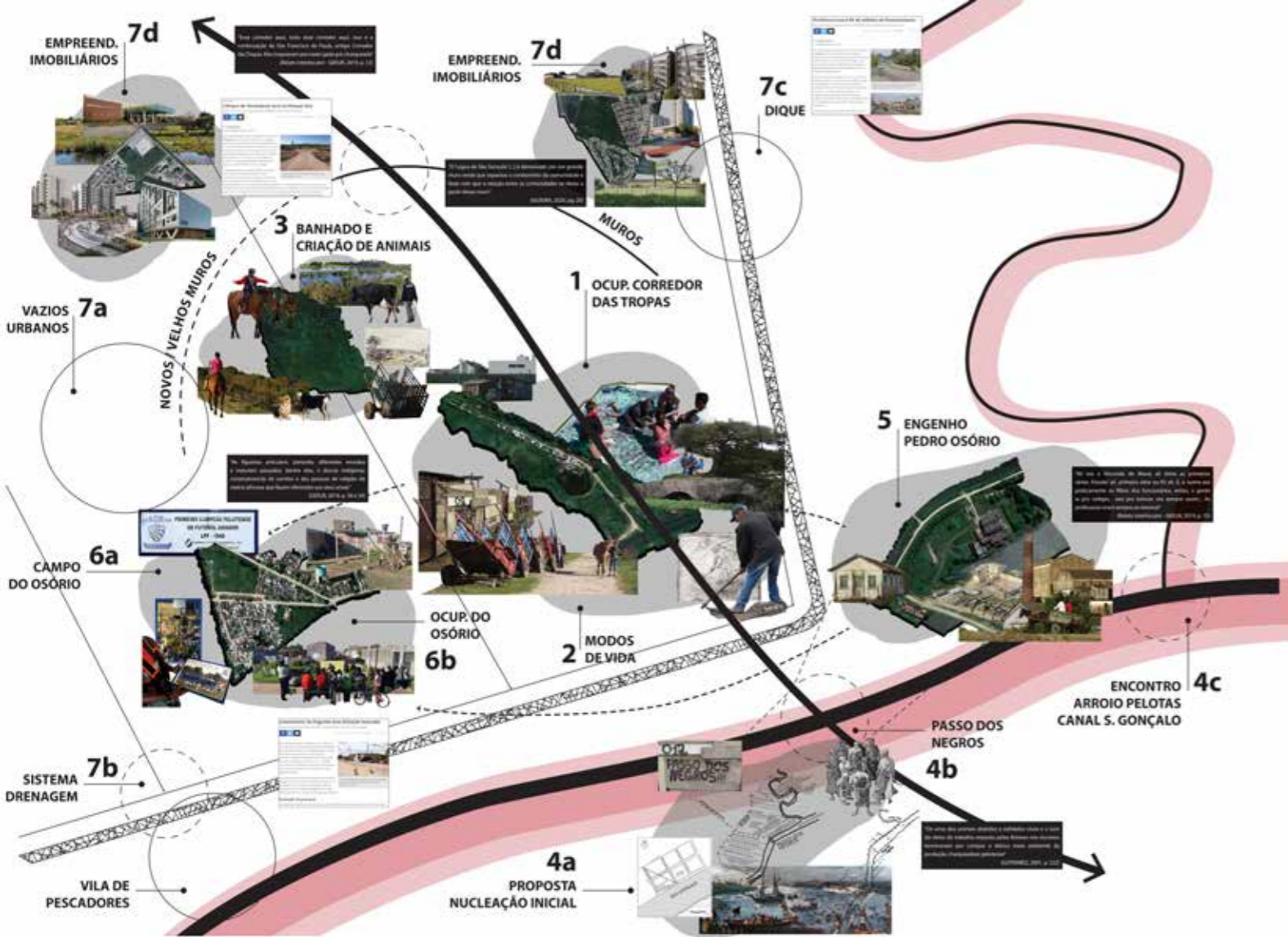
Entende-se também como desafio desse processo, ultrapassar a dimensão do voo de pássaro, do mapa tradicional, das imagens aéreas - formas mais comuns de representação no campo da arquitetura -, e buscando para isso articular outras perspectivas para essa representação. Dessa forma, a cartografia é realizada a partir de imagens e textos, complementando o mapa e buscando estabelecer relações espaciais a partir dele.

A cartografia está organizada em sete agrupamentos, nesta ordem: ocupação corredor das tropas; modos de habitar; banhados e relação com os animais; Passo dos Negros; Engenho Pedro Osório; Campo do Osório e ocupações; e, especulação imobiliária.

São utilizados imagens e relatos dos moradores nos trabalhos do GEEUR, textos de autores que escrevem sobre o território, reflexões a partir do levantamento socioespacial desenvolvido, imagem dos autores e outras ilustrações que representam esses lugares. As imagens, textos, relatos, de diferentes perspectivas e diferentes tempos, criam outras dimensões sobre o lugar do Passo dos Negros, que são conectados pela base do mapa, pelos trajetos, localizações e aproximações.

As reflexões a partir da cartografia partem das questões de “o que” e “como” representar a Ocupação do Corredor das Tropas e o Passo dos Negros. E, no contexto da pandemia, diante da impossibilidade de diálogo direto e frequente com os moradores, questiona-se as formas de trazer outras perspectivas para a cartografia.

Entendendo que o espaço é base das discussões no campo da arquitetura e urbanismo, busca-se, a partir de cartografia, aproximar imagens e relatos da dimensão espacial



do território. Dessa forma, a cartografia resulta (até o momento), na tentativa de transformar o mapa tradicional e em mapa que representa o processo histórico de formação do território, as relações de moradia e os modos de vida.

Considerações finais

A pesquisa sobre a Produção do Espaço Habitado em Pelotas, com o objetivo de compreender o processo de produção urbana da cidade de Pelotas de forma geral, e, em particular, da Macrorregião São Gonçalo, possibilitou a leitura ampliada sobre essa área. Também subsidiou a escolha do Corredor das Tropas/Passo dos Negros como início dos trabalhos da Nucleação da RAU+E na UFPel, considerando a necessidade de compreensão das relações no território como um todo, reforçando a necessidade de ampliação dos trabalhos junto a outras comunidades do entorno.

A caracterização da Macrorregião São Gonçalo, a partir da legislação pós Estatuto da Cidade, da identificação dos agentes locais, da análise da densidade demográfica e renda, e do reconhecimento da infraestrutura e equipamentos, contribuiu na elaboração de um panorama atual sobre essa área. As análises reafirmaram demandas gerais por melhorias habitacionais e urbanas das comunidades desse território, além de estabelecer as bases para o desenvolvimento do projeto para o Corredor das Tropas. Os levantamentos também expuseram a articulação entre os empreendimentos imobiliários e as intervenções públicas nessa área.

A Cartografia em processo possibilita a leitura dessa área a partir de outras bases, tendo como objetivo aprofundar a compreensão e espacializar questões sobre

o processo histórico de formação do território, as relações de moradia e os modos de vida. O mapeamento a partir de diferentes perspectivas, apresenta as relações temporais, culturais e históricas com o território, além de trazer elementos do cotidiano dos moradores.

A pesquisa bibliográfica, a caracterização do território e cartografia são bases para a construção do Plano Popular do Corredor das Tropas/Passo dos Negros, atualmente em fase de desenvolvimento, e que tem como ponto de partida a relação entre os moradores, o GEEUR e a Nucleação da RAU+E na UFPel. Seu objetivo é a construção de um Projeto que apresente propostas para as distintas escalas do espaço habitado para a área do Corredor das Tropas/Passo dos Negros, buscando desse modo garantir os direitos dos moradores à moradia e à cidade, a partir dos termos dos próprios moradores.

Referências

AGIER, Michel. *Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade*. O Antropólogo, A Margem E O Centro. Mana vol.21 n.03. Rio de Janeiro, dez/2015.

BRITTO, N. D. S. S. *Industrialização e Desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2011.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARRASCO, A. O. T. et al. *Limites e contradições do planejamento urbano: a construção de perspectivas superadoras a partir da elaboração do Plano Popular da Estrada do Engenho*. Oculum Ensaios, v.15, n.3, p.557-579, 2018.

CARRASCO, A. O. T. *O Processo de Produção do Espaço Urbano na Cidade de Pelotas: Subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia*. Oculum Ensaios Revista de Arquitetura e Urbanismo, V.14, n.3, p. 595-611, 2017.

CARRASCO, A. O. T. *A arquitetura e o urbanismo da modernização retardatária: particularidades da produção do espaço urbano no contexto brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2014.

CHIARELLI, L. M. A. *Habitação social em Pelotas (1987-2010): influência das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GEEUR - GRUPO de Estudos Etnográficos Urbanos. *Dossiê pela Patrimonialização do Passo dos Negros*. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

GUERRA, H. D. S. *Projeto e discurso: uma análise sobre os novos produtos do setor imobiliário*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

GUTIERREZ, E. J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2 ed. Pelotas: UFPel, 2001.

GUTIERREZ, E. J. B. *O monte bonito cobriu-se de sangue: História do sítio charqueador Pelotense*. In: Seminário de Patrimônio Agroindustrial Lugares de Memória, II. São Carlos, 2010.

HARVEY, D. *A liberdade da cidade*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009.

INGOLD, T. *Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação*. In: Religião e Sociedade 25(1):76-110. Rio de Janeiro: 2005.

JACQUES, P. J. *Breve histórico da Internacional Situacionista – IS*. Arqtextos, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/03.035/696>>.

KAPP, S. *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, V.20, N.2, p.221-236, 2018.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpão, 1973.

LEFEBVRE, H. *Espacio y política*. El derecho a la ciudad II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LIMA-SILVA, F. *Prioridade política e capacidade burocrática: a implementação do PAC – urbanização de assentamentos precários*. 2019. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2019.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, O. VAINER, C. MARICATO, E. Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap.4, p.121-192.

MEDVEDOVSKI, N. S.; CARRASCO, A. O. T.; LIMA-SILVA, F. *Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Pelotas-RS (relatório final de pesquisa)*. Pelotas; 2021. Disponível em: < https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Pelotas_UFPEL.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

OLIVEIRA, A. L. C. *O portal meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial (1737 a 1822)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. In: OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PELOTAS. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Pelotas: Prefeitura Municipal

de Pelotas, 2014.

PELOTAS. Lei 6.636 de 03/10/2018. *Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre plano diretor de Pelotas, e dá outras providências*. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2018.

PELOTAS. *Plano de Mobilidade Urbana de Pelotas*. Junho de 2019. Disponível em: <<https://www.pelotas.rs.gov.br/plano-mobilidade>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PELOTAS. *Geoprocessamento, Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana*. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2021.

PERES, O. M.; POLIDORI, M. C. *Crescimento urbano e hidrografia natural: conflitos e articulações no espaço-tempo*. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, XVIII, 2019, Natal.

PINTO, J. V. *Contribuições para estudo do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. *A cartografia como método para as ciências humanas e sociais*. Barbarói, n. 38, p. 45-49, 2013.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: Pelotas possui mais de 200 Áreas Irregulares. Diário da Manhã, 05 de set. de 2017. Disponível em: <<https://diariodamanhapelotas.com.br/site/regularizacao-fundiaria-pelotas-possui-mais-de-200-areas-irregulares/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, J. G. e POLIDORI, M. C. *Evolução urbana, parcelamento do solo e fragmentação*. Revista Projectare, n.2, p.99-109, 2008.

SILVEIRA, M. 2020. *Territorialidades em Disputa: Normativas e Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

SOARES, P. R. R. *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil. (1812-2000)*. Tese (Doutorado) Universidade de Barcelona. Barcelona, 2002.

TANAKA, G. *Planejar para lutar e lutar para planejar: possibilidades e limites do Planejamento Alternativo*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

TEIXEIRA et al. *As relações entre a pandemia de COVID-19 e áreas de fragilidade socioespacial em pelotas*. In: Congresso de Extensão e Cultura da UFPel, VIII, 2020, Pelotas, p. 89-92.